

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO EM FILOSOFIA

LUCAS OLLYVER GONÇALVES BARBOSA

**O TRATAMENTO DOS TERMOS SINGULARES EM FREGE E RUSSELL: UMA  
LEITURA A PARTIR DOS PUZZLES LÓGICOS**

RECIFE/2013

LUCAS OLLYVER GONÇALVES BARBOSA

**O TRATAMENTO DOS TERMOS SINGULARES EM FREGE E RUSSELL: UMA  
LEITURA A PARTIR DOS PUZZLES LÓGICOS**

Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestre em  
Filosofia pela Universidade Federal de  
Pernambuco

Orientador: Prof. Dr. Fernando Raul Neto

RECIFE/2013

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238t Barbosa, Lucas Olyver Gonçalves.  
O tratamento dos termos singulares em Frege e Russel : uma leitura a partir dos puzzles lógicos / Lucas Olyver Gonçalves Barbosa. – Recife: O autor, 2013.  
80 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Raul Neto.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2013.  
Indui referências.

1. Filosofia. 2. Teoria (Filosofia). 3. Frege, Gottlob, 1848-1925. 4. Russel, Bertrand, 1872-1970. 5. Linguagem e lógica I. Raul Neto, Fernando (Orientador). II. Título.

100 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2013-121)

LUCAS OLLYVER GONÇALVES BARBOSA

**O TRATAMENTO DOS TERMOS SINGULARES EM FREGE E RUSSELL: UMA  
LEITURA A PARTIR DOS PUZZLES LÓGICOS**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título do Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, por comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Fernando Raul Neto – UFPE

---

Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro- UFPE

---

Prof. Dr. Karl Heinz Efken - UNICAP

RECIFE/2013

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de pecar aqui por dizer o nome de algumas pessoas. Nunca foi de meu perfil dizer que esquecer alguém seria algo que eu não gostaria de fazer. Acredito que sei de quem devo lembrar e a quem agradecer. Gostaria de agradecer a uma das pessoas que mais me influenciaram em toda a minha vida, que sempre dizia que se eu fosse professor nunca me faltaria emprego. Esta pessoa é meu avô, Gonçalves, que além de cumprir suas funções familiares me ensinou o valor do conhecimento, o preço e a responsabilidade que ele carrega. Financiou meus estudos, quando ninguém mais podia e sempre acreditou em mim. Levo seu exemplo aonde quer que vá. Juntamente com ele, a minha avó, Marinalva, que cuida de mim até hoje, cuida da minha filha como cuidou de mim. É alguém com quem se pode contar para qualquer momento. Muitas vezes pensando mais nos outros que em si mesma. Isto é algo que ainda estou aprendendo.

Gostaria de agradecer a meus pais, Soraya e Jaerson que sempre colocaram minha formação como prioridade em suas vidas. Isto é algo que nem todos os pais estão dispostos a fazer. Agradecer também a compreensão e suporte nos momentos mais difíceis de minha vida. Ensinar-me o significado de independência e liberdade. Dedicar um pequeno espaço a minha esposa, Roberta, e minha filha, Clarisse. Razão de minha dedicação e esforço durante todos os anos de formação superior. Nossa jornada juntos se confunde com o período de minha vida universitária, desde seu início até o momento. Foram muitas ausências de minha parte, nunca desejadas, mas felizmente compreendidas. O suporte que me ofereceram em todos os momentos em que precisei de silêncio e tranquilidade para continuar estudando, suporte afetivo e visão de que tudo poderia ser melhor do que já é. Gostaria de agradecer em bloco as outras pessoas da minha família, sempre me motivando a continuar meu progresso acadêmico e pessoal.

Aos meus amigos de faculdade: Cleyton, companheiro de bairro, viagens no famoso Rio Doce/CDU, leituras, estudos e debates. Taiza, mainha, sempre tomando conta de todos nós, lembrando sempre das datas importantes, nos reunindo cada vez que possível, mesmo que seja menos que o desejo de estarmos todos juntos. Pierre, pela amizade que se fortaleceu após a formatura e se estendeu à nossa paixão mútua, a música. Aroldo, por tantas histórias divertidas. Magno, por tanto momentos de brincadeira e sacadas fantásticas. Eustáquio, nem sempre fácil, mas

companheiro por muito tempo. O velho Manassés, o primo, com suas histórias e contos. As princesas africanas, Celma e Gercilene, que dividiram este momento conosco e deixaram saudades. O grande Kleber, ajudando a todos, inclusive a mim sempre que possível. Sarah, e seu sorriso sempre fácil. Antônio que esteve brevemente conosco O grande Kleber, ajudando a todos, inclusive a mim sempre que possível. Sarah, e seu sorriso sempre fácil. A Wilton que conheci na graduação. Fizemos nosso primeiro mestrado juntos, o segundo e as parcerias que estão à vista de continuarem por muito tempo ainda. Devo prestigiar aqui os meus professores, todos eles. Desde criança me ensinaram positiva e negativamente o que significa esta profissão e como ser alguém que possa fazer diferença com seu trabalho. Não poderia deixar de mencionar alguns em especial. O estimado Fernando Raul, muitas vezes professor rígido, amigo condescendente e um pouco pai, mesmo que ele não goste de assumir esse papel. Devo minha visão acadêmica a ele. O não menos importante Giovanni Queiroz, que me mostrou muitos dos temas que passei tanto tempo enrolado neles, foi também meu orientador e amigo sempre que a distância permitia. A Rodrigo Jungmann que me ajudou enormemente a compreender alguns dos temas que abordo neste trabalho, devido a um mini curso que ministrou no Departamento de Filosofia da UFPE quando havia regressado do doutorado.

Aos meus amigos mais que institucionais de Nárnia, Zé, Alexandre, Bruno, Márcio, Emerson, Alaíde, Eleonor, Rubia, Manu que me incentivaram a finalizar este trabalho. Compartilham comigo as jornadas e viagens semanais que são extremamente desgastantes. Obrigado por tornar estes momentos mais suaves e nosso trabalho quase uma diversão completa. Gostaria de agradecer ao Prof. Valdemir Mariano, pessoa que admiro e confia no meu trabalho, principalmente pela compreensão e indicação a Comissão de ética do IFPE, que sou presidente e tem me ajudado a criar uma visão mais completa das nossas instituições. Agradeço por fim aos meus amigos mais próximos, que cresceram comigo e partilham minha vida, como todos estes mencionados acima. Ao mestre Odmar Braga, por me ensinar a ser persistente e disciplinado, duas características que me ajudaram em minha vida toda. Aos amigos do Kingdoms of Camelot: Gab, The Wall, Roderick, Mendigus, Zeus, Lolavie, Br, Mestre T, Wendel, HC, Mastermind, Vetter, Vapo, dividimos bons tempos. Gostaria de finalizar dizendo que qualquer trabalho humano não é feito a uma só mão. Qualquer que seja tem a contribuição de todos os que trouxeram

informações, suporte e tornaram o mesmo possível. Este trabalho não é só meu, é de todos nós.

Obrigado,

Lucas Ollyver.

**“There's a sign on the wall, but she wants to be sure  
'Cause you know sometimes words have two meanings  
In a tree by the brook there's a songbird who sings  
Sometimes all of our thoughts are misgiven  
Oh, it makes me wonder  
Oh, it makes me wonder”**

Led Zeppelin, Stairway to heaven

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é colocar numa balança através da análise das teorias de Frege e Russell quanto a maneira como eles propõem uma teoria da referência para os termos singulares. A leitura destes trabalhos é realizada a partir dos puzzles lógicos. Verificando quais destas podem nos oferecer uma teoria mais sólida sobre a referência destes termos. Usamos como método a apresentação dos puzzles lógicos e posteriormente como as posições mencionadas lidam com eles. É utilizado como critério de avaliação destas teorias qual delas é capaz de responder melhor a cada um dos puzzles apresentados. Será abordado também as críticas destas posições também serão levadas em consideração antes de concluirmos algo a favor de uma ou outra posição.

**Palavras chave:** Puzzles lógicos, referência, denotação, sentido, descrições definidas.

## **ABSTRACT**

This work is to put in a balance through analyze the Frege's and Russell's theories about the way they proposes a theory of reference to singular terms. The reading of these works is done by the logical puzzles.

Checking out which theories can give us a consistent explanation about the reference of singular terms. We use as method the presentation of logical puzzles e after that how they work with them.

The criticism on these theories shall be considered before a final word about the subject.

**Key words:** Logical puzzles, reference, denotation, sense, definite descriptions.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Triângulo com medianas.....	37
---	----

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
O início da preocupação filosófica sobre a linguagem.....	14
1. <b>TEORIA REFERENCIAL DO SIGNIFICADO</b> .....	20
1.1 <i>A significativade da linguagem</i> .....	20
1.2 <i>Críticas à teoria referencial do significado</i> .....	22
1.2.1. <b>OBJEÇÃO</b> .....	22
1.2.2. <b>OBJEÇÃO</b> .....	23
1.2.3. <b>OBJEÇÃO 3</b> .....	23
1.2.4. <b>OBJEÇÃO4</b> .....	24
1.3 <i>Termos singulares</i> .....	24
1.3.1 <i>O problema da aparente referência a não existente</i> .....	25
1.3.2 <i>O problema dos existenciais negativos</i> .....	26
1.3.3 <i>O puzzle de Frege sobre identidade</i> .....	28
1.3.4 <i>O problema da substitutividade</i> .....	29
2. <b>Frege</b> .....	32
2.1 <i>Frege</i> .....	32
2.1.2 <i>Sobre o sentido e a referência</i> .....	33
2.2 <i>Frege e os puzzles</i> .....	41
2.2.1 <i>O problema da aparente referência a não existentes</i> .....	41
2.2.2 <i>Existenciais negativos</i> .....	42
2.2.3 <i>O puzzle de Frege sobre identidade</i> .....	43
2.2.4 <i>O problema da substitutividade</i> .....	44
3. <b>Russell</b> .....	47
3.1 <i>Russell</i> .....	47
3.2 <i>Teoria das descrições definidas</i> .....	50
3.3 <i>Puzzles em RUSSELL</i> .....	54
3.3.1 <i>Aparente referência a não existentes</i> .....	54
3.3.2 <i>O problema dos existenciais negativos</i> .....	55
3.3.3 <i>O puzzle de Frege sobre identidade</i> .....	56
3.3.4 <i>O problema da substitutividade</i> .....	57
3.3.5 <i>Objecções ao descritivismo de Russell quanto a nomes próprios</i> .....	59
3.3.5.1 <i>Indeterminação das descrições</i> .....	59
3.3.5.2 <i>Diversidade das descrições</i> .....	61
3.3.6 <i>Possível resposta de Russell</i> .....	63
4. <b>Searle, Strawson e Donnellan</b> .....	64
4.1 <i>Teoria do Searle</i> .....	64
4.2 <i>Como o Searle evita as objeções</i> .....	65
4.2.1 <i>Objecção 1 Indeterminação das descrições</i> .....	66
4.2.2 <i>Objecção 2 Diversidade das descrições</i> .....	66
4.3 <i>Strawson</i> .....	67
4.3.1 <b>OBJEÇÕES 1</b> .....	67
4.3.2 <b>OBJEÇÃO 2</b> .....	68
4.4 <i>Donnellan</i> .....	69
4.4.1 <b>OBJEÇÃO 3</b> .....	69
5. <b>Conclusão</b> .....	74
Referências bibliográficas.....	78

## INTRODUÇÃO

Presume-se que, numa boa introdução, o autor seja capaz de fazer um excelente resumo do que existe na parte principal de um trabalho. Espera-se também que ela possa indicar, sem dizer ou mostrar, tudo que está posto no seu desenvolvimento. Ela deveria funcionar como uma espécie de símbolo. Chamar a atenção do leitor, incitar sua curiosidade e o manter preso até pelo menos as duas primeiras páginas do texto central, para que ele avalie se deve continuar ou não a leitura.

Como todo bom tema filosófico a questão abordada aqui necessita de uma justificativa. De todas as formas de conhecimento, a filosofia parece a que mais carece da auto evidência de sua importância, fazendo-se necessário um esforço razoável para conseguir o seu intento. Qualquer um que já deu aula de filosofia para alunos que não eram de um curso de graduação em filosofia ou áreas afins sabe do que se está falando.

Para começar então, é de bom tom que se diga sobre o que é este trabalho. O tema é: “A referência dos termos singulares em Frege e Russell: uma leitura a partir dos *puzzles* lógicos”. Agora temos que tentar mostrar por que este tema é relevante e interessante.

A questão dos nomes, da nomeação e da referência, é de fundamental importância para a filosofia, mas também o é na ciência, principalmente na física, visto que esta última apresenta objetos de diversos tipos. Para dar um exemplo, no livro intitulado *Identidade em Física*, pode-se encontrar a citação abaixo:

Podemos agora abordar três questões amplas sobre o papel dos nomes da física. Em primeiro lugar, tem sido afirmado que as práticas de nomeação em física apoiam um tipo de visão descritivista em vez das teorias causais ou 'híbridas'. Em segundo lugar, tem-se argumentado que a teoria da designação rígida dos nomes e a construção de mundos possíveis de Kripke está ligada à estatística clássica e encontra-se em dificuldades no domínio quântico. Em terceiro lugar, no entanto, a indistinguibilidade não

clássica de partículas quânticas apresenta problemas para ambas as abordagens descritivista e causal<sup>1</sup>.

## O início da preocupação filosófica sobre a linguagem

Quando o assunto é semântica, cada classe de palavras apresenta suas dificuldades. Temos os indexicais – como “isto”, “aquilo”, “este”, que dependem do contexto para possuir uma significação clara – os verbos que variam com o uso e funções, adjetivos que tanto ocuparam historicamente os filósofos e, ainda, os termos comuns para espécies naturais como “água”, “ouro”, “tigre”, também de grande relevância filosófica, embora imersos em questões semânticas complicadas como a de saber quais são seus referentes, ou de como podemos utilizar critérios claros de identificação que possam ser considerados suficientes para classificar os candidatos a referentes.

Como mencionado acima, cada classe de elementos da linguagem apresenta dificuldades semânticas. Os nomes próprios apresentam também sua singularidade. Poderíamos até, com um pouco mais de ousadia, estipular uma condição para que tenhamos um nome próprio: condição para ser um nome próprio: UNIVOCIDADE.

Com univocidade queremos dizer: a mesma realização gráfica e/ou sonora pode ser utilizada para referir a diferentes objetos. E, mesmo assim, a cada vez ele deve se referir a um único objeto de forma inequívoca. Deve ainda selecionar um objeto referido que seja ao mesmo tempo singular e único, ainda que o termo utilizado possa ser usado para se referir a mais de um referente, como no caso do nome próprio “Alcides”. Temos então uma dificuldade que se anuncia. Como então se dá essa relação do nome próprio com o seu referente para que esta condição sempre seja satisfeita? Explorar essa relação e as respostas dadas pelos filósofos Frege e Russell é o objetivo deste trabalho.

Temos ainda como consequência dessa univocidade, uma característica dos nomes próprios: que eles estão sempre nas sentenças por objetos. A cada

---

<sup>1</sup> FRENCH, S. e KRAUSE, D., **Identity in Physics: A Historical, Philosophical, and Formal Analysis**. Oxford: Clarendon Press, 2006, p. 210, tradução nossa.

ocorrência de um nome próprio, ele deve estar lá sempre por um único objeto. Quando o nome “Pedro” ocorre numa sentença, como em: “Pedro nunca conseguiu parar com a bebida”, temos a suposição de que o termo “Pedro” está referindo a um único e específico objeto, geralmente, mas não necessariamente, conhecido pelo falante da sentença.

Temos aqui então duas perguntas fundamentais quando se trata de nomes próprios:

- 1) O que estes termos referem quando fazem parte de uma sentença sintaticamente bem estruturada?

Temos como resposta já dada pela nossa argumentação: que os termos estão por objetos e devem seguir a condição de univocidade mencionada acima.

- 2) Como os nomes cumprem sua função semântica de estar por objetos?

Veremos, no decorrer deste texto, que temos várias posições filosóficas divergentes e cada uma delas responde a certos problemas que lhe são apresentados, mas também deixam insatisfações e limitações. Como definir esta disputa? Um bom critério talvez seja o de verificar quais das posições conseguem resolver uma maior quantidade desses problemas e elegermos esta posição como a que nos colocam mais próximos desse lugar chamado verdade.

O método de avaliação utilizado aqui como pedra de toque para as posturas filosóficas será a análise dos *puzzles* lógicos. Estes são: o problema da aparente referência a não existentes, o problema do existencial negativo, o *puzzle* de Frege sobre identidade, e o problema da substitutividade.

Nossa discussão aqui poderia ser estendida para outros termos além dos termos singulares, como por exemplo, os termos de espécies naturais. Isto demandaria uma extensa imersão por outras questões filosóficas e por questão de foco os termos de espécies naturais ficarão para uma discussão posterior e

restando aqui somente a questão essencial de como se dá a referência dos nomes próprios. Existem questões de ordem metafísica que estão diretamente ligadas à concepção da linguagem e principalmente quando falamos de termos singulares. Uma destas questões fundamentais que pode ser mencionada é a da individuação e da nomeação. Esta mantém uma relação forte com a questão (2), porém seu foco é metafísico. As questões semânticas constituirão nosso foco.

A questão da significatividade dos termos singulares surge com toda força no texto de John Stuart Mill (*"A System of Logic"*, 1843) que apresenta posição na qual afirma-se que nomes próprios se assemelham a rótulos e assim que eles, os nomes, estão ligados diretamente ao objeto sem nenhum tipo de intermediação. Podemos imaginar aqui de forma ilustrativa um produto qualquer num supermercado, o nome está lá ligado diretamente ao seu referente como o rótulo está atado a um vidro de azeitona. A relação estabelecida aqui é nome-portador.

O mais interessante aqui é que a posição de Mill não foi tão contestada a princípio. Somente os trabalhos desenvolvidos em Frege, 1892, e Russell, 1905, vieram a tomar novamente a questão tentando rebater esta posição. Frege com seus primeiros trabalhos realiza uma mudança de perspectiva acerca de como um nome próprio pode sair do campo da linguagem e referir propriamente ao mundo externo. Aqui então se inicia uma nova forma de encarar as questões sobre os termos singulares.

Como indicado pelo título, vamos focar nossas questões nos trabalhos de Frege e Russell. O Frege terá sua visão esboçada a partir do texto: Sobre o sentido e referência. Vamos expor como ele argumenta a favor da ideia de que os termos singulares apresentam estas duas características, tentando se afastar do psicologismo para tratar as questões semânticas<sup>2</sup>. O antipsicologismo de Frege é notório em seu trabalho. Ele se deve a duas razões centrais.

---

<sup>2</sup> S. Watson (**Reference and Description**. 2013. Disponível em: <[http://stevewatson.info/courses/IntroductionToPhilosophy/lectures/reference\\_and\\_description.htm](http://stevewatson.info/courses/IntroductionToPhilosophy/lectures/reference_and_description.htm)>. Acessada em 20.08.2013): mostra que a motivação dos problemas semânticos que Mill tenta resolver, quando escreveu sobre os termos singulares, tem origem na questão da intencionalidade. Questão que primeiramente foi levantada por Brentano. Ainda segundo Watson, a resposta de Mill vai acarretar os *puzzles* lógicos que estamos lidando aqui.

- a) “Frege tenta construir uma fundação lógica para a matemática... ele tenta demonstrar a verdade da tese filosófica conhecida como *logicismo*<sup>3</sup>”.
- b) Procura um distanciamento das concepções filosóficas de Mill<sup>4</sup>.

Para que isso ocorra de forma mais completa é necessário separar a lógica e a psicologia. Se isto não ocorrer, o programa de Frege pode ser prejudicado. Podemos evidenciar este posicionamento em Mill na seguinte passagem:

[A lógica] não é uma ciência distinta da e coordenada à psicologia. Enquanto afinal é uma ciência, é uma parte, um ramo, da psicologia; diferindo dela, por um lado, como uma parte difere do todo, e, por outro, como uma arte difere da ciência. Seus fundamentos teóricos são totalmente apropriados da psicologia, e inclui desta ciência tanto o quanto é requerido para justificar as regras daquela arte<sup>5</sup>.

A negação desta conexão está baseada na ideia que “o psicologismo oferece uma alternativa pouco atraente à lógica: ele rejeita a fundamentação forte da *necessidade lógica*<sup>6</sup>”. Desta forma, para que Frege possa manter seu projeto de uma filosofia logicista, o antipsicologismo é uma chave essencial, para que ele possa realizar a distinção que pretende entre sentido e referência. Ao fazer isso, consegue a objetividade pretendida através da eliminação deste traço psicologista presente no trabalho de Mill.

As respostas de Frege são interessantes e em certa medida dão conta de responder satisfatoriamente aos *puzzles* que a motivaram. Russell encontra uma falha na teoria de Frege e escreve a ele mencionando o fato, baseado na ideia de que existem “conjuntos de todos os conjuntos que não são membros de si

<sup>3</sup> ZALTA, E. N., "Gottlob Frege", in ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012, tradução nossa.

<sup>4</sup> “Mill enxergou isso, pois fez questão de salientar a distinção entre causas psíquicas e justificação de inferências. Pecou, entretanto, ao defender que a análise das causas psíquicas está também sob a égide da lógica”. PRADO, L. J. S. MILL: Lógica, linguagem e empirismo. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 5, n. 2, p. 4-19, 2006.

<sup>5</sup> J. S. MILL *apud* VOLLET, L. R. Duas concepções de antipsicologismo: uma discussão sobre os fundamentos da lógica em Frege e Kant. **PERI**, v. 4, n. 01, p.76-95, 2012, p 83.

<sup>6</sup> VOLLET, op. cit., p. 79.

mesmos<sup>7</sup>”. A partir de então, ele busca uma teoria que possa lidar melhor com os *puzzles* lógicos. Em 1905, ele publica na já famosa revista *Mind*, o artigo ‘On Denoting’, no qual apresenta a sua teoria das descrições definidas.

Basicamente, Russell apresenta a ideia de que os termos singulares, nomes, são apenas descrições definidas abreviadas. Em sua ocorrência comum, os nomes exibem uma forma gramatical que falha em dar respostas adequadas aos *puzzles* lógicos. Porém, esta forma gramatical, segundo Russell, está apenas encobrindo sua verdadeira forma - a forma lógica<sup>8</sup>.

Em sua forma lógica este nome apresentaria três afirmações em forma quantificacional que, em conjunto, são equivalentes a oração contendo o nome. Como veremos ao pensar a significatividade destas formas, ele as toma em si próprias, de maneira abstrata. Este será o grande ponto alto e ao mesmo tempo o grande alvo de críticas à teoria das descrições definidas.

A forma de trabalho assumida aqui foi:

- 1) Apresentar a teoria mais intuitiva acerca da significação dos termos singulares, para que possamos montar, com mais clareza, a necessidade de pensarmos a partir dos *puzzles* lógicos.
- 2) Apresentar os *puzzles* lógicos. Aqui eles são apresentados de forma geral e montamos um esquema de todos eles.
- 3) Apresentação da teoria de Frege em maiores detalhes. Será possível compreender as motivações da criação dos conceitos de sentido e referência, assim como o afastamento do psicologismo.
- 4) Aplicação da teoria de Frege na solução dos *puzzles* e como eles funcionam na solução destes problemas.

---

<sup>7</sup> Sobre o paradoxo de Russell, cf. IRVINE, A. Bertrand Russell. in ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012.

<sup>8</sup> Russell afirma que nomes são ‘abreviações’ de descrições, chama-se isto de Name Claim. No entanto, isto é completamente diverso da teoria das descrições definidas. Pode-se, sem problemas assumir uma dessas posturas independente da outra. Aqui, para tornar mais simples, não faremos distinções entre nomes e descrições definidas.

- 5) Apresentação da teoria das descrições definidas de Russell. Teremos maiores detalhes acerca de como funciona esta forma lógica exibida pelas descrições definidas.
- 6) Aplicação da teoria das descrições definidas na solução dos *puzzles*. Vamos perceber que todas as soluções estão baseadas na distinção entre forma gramatical e forma lógica.
- 7) Objeções gerais à teoria das descrições definidas. Neste momento mostraremos algumas críticas a esta teoria.
- 8) Conclusão do trabalho.

## 1. TEORIA REFERENCIAL DO SIGNIFICADO

**“os nomes dos bichos não são os bichos**

**o bichos são:**

**macaco gato peixe cavalo**

**macaco gato peixe cavalo**

**vaca elefante baleia galinha**

**os nomes das cores não são as cores**

**as cores são:**

**preto azul amarelo verde vermelho marrom**

**os nomes dos sons não são os sons**

**os sons são**

**só os bichos são bichos**

**só as cores são cores**

**só os sons são**

**som são, som são**

**nome não, nome não**

**nome não”.**

**Arnaldo Antunes, Nome não**

### *1.1 A significatividade da linguagem*

Durante a principal fase de curiosidade do ser humano, a infância, diversas questões são formuladas em nossas mentes. Algumas simplesmente são esquecidas, outras nos acompanham por bem mais tempo, às vezes até nossa morte. Ao crescermos ouvimos falar que existem diversas línguas no mundo, Inglês, Francês, Árabe, e que cada uma possui uma forma distinta de sons e combinações para expressar seus sentimentos e ideias. Contam-nos histórias antigas sobre torres e todo tipo de coisas, crescemos ouvindo histórias. Dizem-nos que todas as pessoas já falaram uma única língua, alguns dizem que isto é impossível. E como hoje temos vários idiomas, devido à ambição humana de alcançar os céus.

Há quem pense que cada uma destas línguas que surgiram ficaram responsáveis por uma de nossas capacidades cognitivas. Há quem acredite que só se pode filosofar em Alemão. Como se a estrutura sintático-semântica específica da língua Alemã favorecesse o pensamento filosófico. Talvez o Inglês favorecesse a

poesia, o Francês a literatura filosófica e o Russo o drama. Mas tudo isso se torna irrelevante quando começamos a perceber que existem expressões para dizer as mesmas coisas em todas as línguas. Como se a nossa base de expressões fosse “limitada”, talvez a quantidade de experiências humanas. E buscamos sempre uma maneira para dizer (expressar) algo.

Intuitivamente nossa primeira compreensão da linguagem é que deveria haver um nome para cada coisa. As palavras estão sempre por coisas no mundo, substituindo-as numa relação direta da linguagem com o mundo. Os objetos linguísticos estariam assim por coisas no mundo. Esta é provavelmente a ideia sobre linguagem mais difundida entre as pessoas. Esta postura em filosofia é conhecida como teoria referencial do significado.

Assumimos com razão que alguns sinais e sons são significativos; de forma simples podemos dizer que eles fazem algum sentido para aqueles que os veem e ouvem. Podem-se combinar estes elementos em sentenças, e eles permanecem significativos desde que estejam dentro de uma determinada ordem, conhecida como sintaxe. A maior parte das pessoas que compreende esta ordem é capaz de entender a maior parte destas combinações, constituindo-se assim um falante daquela determinada língua.

Como toda teoria tem pressuposições básicas, a da teoria referencial do significado é que a os nomes estão na linguagem por coisas, como rótulos atados ao seu referente. Deveríamos pensar então: quem escolheu os rótulos? Ninguém sabe. Seus signos são arbitrários assim como a associação entre palavras e coisas também é arbitrária. A ideia que subjaz a esta teoria é a de que existe certo espelhamento por parte da linguagem que a torna significativa. Como se a linguagem fosse um retrato da realidade.

## 1.2 Críticas à teoria referencial do significado

### 1.2.1. OBJEÇÃO 1

Nem todas as palavras nomeiam ou denotam objetos atuais. Nomes de seres não existentes como Unicórnio ou Curupira não denotam nada; não existe nada na realidade que possa ser denotado por estas palavras. Não pode, então, haver uma relação direta entre seu significado e um objeto existente na realidade. No caso abaixo:

1) Pedro é idiota.

Embora “Pedro” seja o nome de um indivíduo, “idiota” se refere a quê? Não se refere a um indivíduo e obviamente não nomeia Pedro. Pode até caracterizá-lo com exatidão, mas há um objeto no mundo para o qual “idiota” esteja substituindo. Podemos sugerir que “idiota” seja algo abstrato que pode servir para classificar um objeto ou algum tipo de qualidade ou propriedade que possa ser atribuída a um sujeito ou até mesmo se referir a uma entidade abstrata. Mas ainda resta a questão: o que significar “ser idiota”?

Uma interpretação possível é a de que (1) diz que Pedro tem, instância ou exemplifica a qualidade de ser idiota. Assim, “ser idiota” significa “possuir (ter) idiotice”. Teríamos assim uma relação entre sujeito e predicado que estariam conectados pela cópula “é”; como resultado necessitaríamos de outra entidade abstrata para ser “é”, expressando a relação de “posse”. Com isso, chegaríamos à interpretação de (1) da seguinte maneira: “Pedro exhibe a relação de posse em relação à idiotice”, tendo deste modo uma terceira entidade abstrata relacionada a “exibir” em relação a Pedro, mais a relação e propriedade, e assim sucessivamente. Esta regressão ao infinito foi apontada por Bradley<sup>9</sup>.

### 1.2.2 OBJEÇÃO 2

---

<sup>9</sup> BRADLEY, F. **Appearance and Reality**. Oxford: Clarendon Press, 1930.

Diferentemente do que vimos acima com nomes que nomeiam coisas não existentes, temos outros tipos de nomes que embora possam ter a forma gramatical de nomes, na verdade não o são. Não nomeiam nem coisas, nem entidades abstratas nem qualidades de nenhum tipo. “Quine (1960) dá os exemplos de ‘prol’, ‘bel’ e ‘mor’”<sup>10</sup>. São palavras dotadas de significado, mesmo que seja difícil de dizer o que são. Podem ser utilizadas a nosso bel-prazer, em prol de um exemplo ou por mor de muito trabalho para encontrar um contexto onde “mor” funcione.

Outras palavras parecem que não se referem a nada, tais como: “se”, “e”, “demais”, “não”, sempre que ocorrem numa sentença podem perfeitamente ser entendidas sem nenhuma perda na compreensão, por parte dos ouvintes.

### 1.2.3. OBJEÇÃO 3

Seguindo esta linha de objetos linguísticos que não têm significado ou não se referem a nada, temos mais um exemplo, uma sequência de nomes:

#### 2) Salvador Miguel Brutos Ulisses Quixote.

Uma lista de nomes não diz nada. Nem afirma nada sobre coisa alguma. Mesmo que algum ou alguns destes nomes supostamente se referissem a entidades abstratas, não teríamos aqui uma proposição, da qual pudéssemos dizer que é verdadeira ou falsa. Supondo que Quixote estivesse sendo usado como um adjetivo nesta sentença (significando quixotear) nem assim tornaria a sentença como um todo significativa.

### 1.2.4. OBJEÇÃO 4

---

<sup>10</sup> LYCAN, W.G. **Philosophy of Language: A Contemporary Introduction**. 2. ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2008, p. 4.

Encontramos ainda uma última dificuldade. A existência de termos correferenciais<sup>11</sup> que divergem quanto ao seu significado. Na maior parte dos casos é necessário certo conhecimento contextual para saber que os mesmos são correferenciais, dado que o domínio dos significados dos termos não irá garantir que saibamos que têm exatamente o mesmo referente. Exemplo: “Francisco” e “O Papa”. Atualmente, esses termos possuem o mesmo referente e sentidos completamente diversos.

Estas objeções à teoria referencial do significado parecem sugerir que existem diversas maneiras de uma expressão ser significativa além de nomear algo (através de um espelhamento).

### 1.3 Termos singulares

Termos singulares são os termos que se referem a indivíduos únicos, como nomes próprios, pronomes, e descrições definidas. Estão em oposição aos termos gerais, como “gato”, “azul” ou qualquer outro termo que possa se aplicar a mais de uma coisa. Exemplos de alguns termos singulares (“Cícero”, “Sidarta”, “John Lennon”, “9”), descrições definidas (“o último dos moicanos”, “O maior número primo”, pronomes pessoas singulares (“tu”, “ele”), pronomes demonstrativos (“isto”, “aquilo”) e etc.

Frege e Russell discordam da visão apresentada anteriormente (teoria referencial do significado). Seus trabalhos pretendem demonstrar falhas nesta postura filosófica, tentando demonstrar que esta posição não é válida nem para nomes próprios nem para descrições definidas. E conseqüentemente também não o é para termos singulares.

Uma das principais motivações destas análises surge a partir de quatro *puzzles* lógicos que desafiam a teoria referencial do significado: o problema da aparente referência a não existentes, o problema do existencial negativo, o *Puzzle* de Frege sobre identidade, e o problema da substitutividade.

---

<sup>11</sup> Dois termos que se referem ao mesmo objeto.

### 1.3.1 O problema da aparente referência a não existente

Vejamos<sup>12</sup>:

1) O atual rei da França é careca.

Considerando a frase acima, vamos pensar acerca de sua significatividade.

Temos algumas ideias sobre ela:

*K1 (1) é significativo (significativo, não sem sentido).*

*K2 (1) é uma sentença sujeito-predicado.*

*K3 A sentença sujeito-predicado é significativa (apenas) em virtude de selecionar alguma coisa individual e atribuir alguma propriedade para essa coisa.*

*K4 O termo sujeito de (1) não consegue selecionar ou denotar qualquer coisa que exista.*

*K5 Se (1) só tem sentido em virtude de selecionar uma coisa e atribuir uma propriedade a essa coisa (K1, K2, K3), e se o termo sujeito de (1) não consegue selecionar qualquer coisa que exista (K4), segue que, (1) não é significativa (ao contrário do que diz K1) ou (1) escolhe uma coisa que não existe. Mas,*

*K6 Não existe tal coisa como uma "coisa inexistente"*

Isto parece nos levar à conclusão de que as declarações referentes a termos não existentes não podem ser verdadeiras. Porém, elas podem ser facilmente compreendidas e possuem significado. Talvez isso seja devido ao fato de que os

<sup>12</sup>FRANCES, B. **The Four Puzzles**. 2013. Disponível em: <<http://faculty.fordham.edu/bfrances/Four%20puzzles.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2013, traz esquemas muito úteis para facilitar a compreensão dos *puzzles*, que serão utilizados aqui.

nomes podem fazer algo mais do que somente se referir a objetos existentes. Podem referir-se a objetos que podemos chamar de ficcionais. Existem, claramente, inúmeras coisas as quais poderíamos aludir aqui: personagens de ficção, folclore, lendas, discursos religiosos e etc.

Há um conjunto de crenças às quais podemos recorrer quando falamos sobre Batman. Podemos dizer que Batman é o homem morcego, que veste negro e que presenciou o assassinato dos pais, assim como diversas outras informações a respeito de Batman. Dentro do contexto correto de uso desta palavra, diversas destas afirmações acerca de Batman podem ser ditas verdadeiras ou falsas. Dizer que ele não vive em Gotham seria obviamente falso, ou alegar que ele não tenha recursos financeiros, também seria, já que alguém que está minimamente familiarizado com ele sabe que o personagem é bilionário. Ainda há quem afirme que uma sentença envolvendo um referente não existente, deveria ser sem sentido, já em certo sentido não podemos determinar seu referente, embora ela seja aparentemente significativa.

### 1.3.2 O problema dos existenciais negativos

#### 1) Papai Noel não existe.

O problema que a sentença (2) carrega é que ela é completamente compreensível. Parece falar sobre algo. Parece ser verdadeira. O problema aqui é que este tipo de sentença faz referência a coisas que não existem: frases que afirmam a inexistência atual de coisas que hoje não existem, ou que nunca existiram. Obviamente, estas sentenças ainda assim parecem significativas e verdadeiras. No exemplo acima, a afirmação "Papai Noel não existe" parece ter significado, quando consideramos: Como as pessoas iriam entender a declaração e considerar o seu valor de verdade, uma vez que não existe nenhum Papai Noel?

Se considerarmos que (2) é verdadeira, então essa frase não teria referente para que pudesse fazer uma afirmação sobre ele, mesmo que a reivindicação seja sobre a própria não existência do referente. Além disso, para que a sentença seja

sobre o exemplar atual de uma coisa, ela não deve apenas ter existido em algum momento, ele deve existir no momento da declaração. Como em "O atual rei da França não existe".

Esquemáticamente, vamos usar o exemplo abaixo:

1. A sentença contendo um existencial negativo como: "O atual rei da França não existe" é verdadeira.
2. Se um termo singular, como uma descrição definida, falha em referir, então qualquer frase que contenha esse termo singular não é verdadeira (já que não há nada sobre o que a sentença referir).
3. Por 1 e 2 "o atual rei da França" refere.
4. Mas "o atual rei da França" não seleciona uma coisa que existe.
5. Deste modo, por 3 e 4, "o atual rei da França" deve selecionar uma coisa inexistente.
6. Mas não existem coisas "inexistentes".

Temos aqui que: (3) segue de (1) e (2); (5) decorre (3) e (4). Mas (6) contradiz (5). Então, (1), (2), ou (6) é falsa.

De forma comum, temos uma tendência a pensar que sempre que falamos de algo, este algo deve existir. Pelo menos em algum sentido de existir.

O próprio conceito de um "objeto inexistente" tem um ar de paradoxo sobre ele, pelo menos para aqueles filósofos cujo pensamento está enraizado na tradição humeana. Ele sugeriu que pensar um objeto é sempre e necessariamente pensar em um objeto existente, ou para colocá-lo de forma diferente, que pensar um objeto e pensar o mesmo objeto como existente são apenas uma e a mesma coisa. Immanuel Kant tomou a ideia de Hume e alegou que a existência não é um "predicado real", uma afirmação que muitas vezes é interpretada como uma antecipação da famosa doutrina de Gottlob Frege de que a existência não é um predicado dos indivíduos<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> REICHER, M. Nonexistent Objects . in ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Acesso em 20.08.2013.

Existe uma solução para este problema. Ela é anterior a Frege e Russell. E também foi rejeitada por ambos. A solução é de Alexius Meinong (1904/1960). Ele afirma que “J1 não é controverso; J2 parece óbvio; J4 é um fato; e J5 é trivialmente verdadeira<sup>14</sup>”. Ele também nega J6 e afirma que qualquer objeto do pensamento tem ser, até os mais auto-contraditórios, mesmo que ele próprio aceitasse que alguns destes objetos pudessem nunca nem existir, faltando a propriedade da existência<sup>15</sup>. Para Meinong, a posse da existência parece ser até mesmo irrelevante, sendo tratada como um atributo qualquer como uma cor, textura, beleza e etc.

### 1.3.3 O puzzle de Frege sobre identidade

Considere enunciados de identidade do tipo

- 2) “Elizabeth Windsor = a atual rainha da Inglaterra”

Os *puzzles* de Frege sobre a identidade consideram declarações de identidade contendo dois termos singulares que identificam o mesmo referente. Estas declarações tentam dizer que uma parte é idêntica à outra. Parece ser bastante trivial dizer que algo é idêntico a si mesmo. Mas as declarações do tipo (2) dizem que uma coisa é idêntica a outra coisa, o que parece ser absurdo. No entanto elas podem ser também informativas para aquele que ouve um enunciado do tipo (2) pela primeira vez, não precisando ser tão trivial ou óbvia quanto parece.

Esquemáticamente:

<sup>14</sup> LYCAN, *op. cit.*, 2000, p.11.

<sup>15</sup> “A motivação de Kant para rejeitar a ideia de que a existência é um "predicado real" foi a chamada "prova ontológica" da existência de Deus, que diz, grosso modo, que a perfeição de Deus implica a existência de Deus, já que um ser que tem todas as perfeições de Deus, exceto existência (ou seja, a onisciência, onipotência, benevolência) seria menos perfeito que um ser com a mesma perfeição e que além disso tivesse existência. Durante séculos, os filósofos têm sentido de que há algo de errado com essa prova, mas Kant foi o primeiro que foi capaz de apontar um possível erro: ele argumentou que o erro do "argumento ontológico" encontra-se no tratamento da existência como um "predicado real".” REICHER, *op. cit.*, 2012.

1. A frase “Elizabeth Windsor = atual rainha da Inglaterra” é informativa.
2. Essa frase é apenas contingentemente verdadeira.
3. A frase contém dois termos singulares que se referem ao mesmo indivíduo.
4. Assim, a partir de 3, parece que a frase está dizendo que uma coisa é idêntica a si mesma.
5. Mas se 4 é certo, então 1 e 2 estão errados.

Deste modo: 4 parece entrar em conflito tanto com 1 e 2, por isso há algum erro em algum lugar neste argumento de 5 passos.

#### 1.3.4 O problema da substitutividade

O que ocorre aqui é que somos capazes de aprender algo novo ao ler uma sentença deste tipo. Isto significa que esse tipo de afirmação é capaz de contribuir significativamente para a nossa compreensão do que é dito, mantendo a característica dos termos singulares de conseguir identificar um único referente, como a sentença o faz.

O problema que surge com maior peso é quando pensamos a questão da substitutividade entre termos correferenciais. Aparentemente, poderíamos trocar um pelo outro sem alterar o valor de verdade das sentenças em que ocorrem. Mas isto não é o que ocorre em contextos envolvendo atitudes proposicionais. Deve-se isto à expectativa de que se trata de termos singulares e descrições definidas correferenciais. Assim, teríamos que denotar o mesmo referente e isto muitas vezes falha em ocorrer, como ocorre nos casos em que temos sentenças contendo atitudes proposicionais.

Como em:

- 3) “Maria acredita que Elton John é um grande cantor.”

Ocorre que Maria é alguém que somente se interessa por música. Se a música lhe agrada, é suficiente. Maria não conhece a biografia de nenhum de seus ídolos, neste caso específico, Elton John. Qualquer pessoa que confrontasse Maria com a seguinte afirmação:

4) “Maria acredita que Reginald Kenneth Dwight é um grande cantor.”

no mesmo instante seria desmentido por Maria, como se esta última afirmação fosse completamente absurda, não podendo ser verdadeira em nenhum caso. Parece então existir algo a mais, além da suposta simples referência “direta” que era proposta pela teoria referencial do significado.

Obviamente Maria acredita que Elton John é um grande cantor. Mas substituindo “Elton John” por “Reginald Kenneth Dwight” mesmo os dois termos possuindo o mesmo referente, acarretaria que a primeira sentença, (3), seria verdadeira enquanto que a segunda, (4), seria falsa.

Esquemáticamente:

1. Se dois termos singulares têm o mesmo referente, então podemos substituir um pelo outro sem alterar o valor de verdade das frases que são partes.
2. Os termos singulares "Reginald Kenneth Dwight" e "Elton John" tem o mesmo referente.
3. Assim, a partir de 1 e 2, podemos substituir esses termos singulares para o outro, sem alterar o valor de verdade da frases que são partes.
4. Assim, a partir de 3 as duas frases:

Maria acredita que Reginald Kenneth Dwight é um grande cantor.

Maria acredita que Elton John é um grande cantor.

tem o mesmo valor de verdade.

5. Mas estas duas frases não tem o mesmo valor de verdade.

6. 3 e 4 seguem a partir de 1 e 2, mas 5 contradiz 4. Assim 1, 2 ou 5 é falso.

## 2. FREGE

### 2.1 Frege

A leitura que é feita aqui, dos textos de Frege e Russell, é pautada pelos *puzzles* que motivaram seus trabalhos filosóficos. Estes já foram apresentados e cabe agora demonstrar a importância dos trabalhos desenvolvidos a partir deles e sua relevância, assim como cada um dos quatro *puzzles* são resolvidos por cada um destes filósofos. Iniciamos por Frege.

Frege propõe como que um termo singular (nome) tenha um referente. Mas isto não é novidade enquanto questão filosófica sobre o tema. “Certamente nomes são apenas nomes, pois eles têm os seus significados simplesmente designando as coisas particulares, e introduzindo os *designata* (coisas designadas) no discurso”<sup>16</sup>. Esta posição está presente no trabalho de John Stuart Mill (“*A System of Logic*”, 1843) que traz a ideia que nomes próprios se assemelham a rótulos. Assim que eles, os nomes, estão ligados diretamente ao objeto sem nenhum tipo de intermediação. Esta teoria da referência dos nomes é, portanto, direta, pois não se utiliza nenhum meio para intermediar a relação nome-referente. Ela segue a intuição de Mill na qual afirma que nomes são “uma palavra que tem a finalidade de mostrar a coisa sobre a qual estamos falando, mas que não diz nada sobre ela”<sup>17</sup>.

Em oposição a Mill, Frege, com seus primeiros trabalhos, realiza uma mudança de perspectiva acerca de como um nome próprio pode sair do campo da linguagem e referir propriamente ao mundo externo. Então se inicia uma nova forma de encarar as questões sobre nomes. Temos uma mediação que não havia antes, e esta ocorre através do *sentido* (no caso de Frege) e descrições (no caso de Russell) que irão ligar o nome ao objeto ao qual pretendemos referir. Embora Russell não

---

<sup>16</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p. 31.

<sup>17</sup> Cf. J. S. MILL, p. 269 *apud* MARTINICH, A. C., **The Philosophy of Language**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001, tradução nossa.

concorde com a posição de Frege como um todo, ele prossegue com a intuição de que existe uma mediação descritiva e esta permanece em seu trabalho.

A grande inovação de Frege se encontra no elemento que ele introduz em sua obra quando trata da questão dos nomes: o sentido. Essa introdução “foi motivada pelo desejo de resolver três problemas principais: o problema dos nomes vazios, o problema da substituição em contextos de crença, e o problema de informatividade”<sup>18</sup>. Frege oferece soluções para os *puzzles*, propondo que um nome tem um sentido além de seu referente. O sentido é uma “forma de apresentação” do referente a partir do termo. “Mas ele disse muito pouco sobre o que 'sentido' é e como ele realmente funciona”<sup>19</sup>.

### 2.1.2 Sobre o sentido e a referência

O texto fregeano que introduz a noção de sentido é o “Sobre o sentido e a referência” de 1892; lá Frege inicia com uma questão acerca da = (igualdade). A pergunta que orienta o texto é: o que é uma = (igualdade)? A resposta relevante mais comum a esta pergunta é: uma relação de igualdade. Mas uma relação de igualdade entre o quê? Quando temos dois termos ou expressões ladeando uma igualdade, em que relação estes termos ou expressões estão? Ele nos oferece três opções:

- 1) Igualdade entre objetos
- 2) Igualdade entre sinais
- 3) Igualdade entre nomes

A razão para tal é a seguinte:  $A = A$  e  $A = B$  são sentenças de valor cognitivo diferentes, este valor cognitivo é, a saber, algo que aprendemos ou podemos

<sup>18</sup> MILLER, A. **Philosophy of Language**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1998, p. 72.

<sup>19</sup> LYCAN, op. cit., 2000 p. 31. Há controvérsias conceituais acerca do que exatamente quer dizer o sentido, quais suas funções e quantos deles existem. Mas estas não serão exploradas aqui.

aprender de diferente com uma nova expressão. Quando temos a expressão  $A = A$  sabemos de antemão que a igualdade é trivial, analítica e *a priori*, enquanto uma expressão do tipo  $A = B$  contém, em boa parte dos casos, extensões de nosso conhecimento e nem sempre podem ser estabelecidas *a priori*.

Se considerarmos a opção:

1) Igualdade entre objetos, não haveria diferença alguma entre  $A = A$  e  $A = B$  desde que  $A = B$  seja verdadeira, visto que um objeto somente pode ser idêntico a ele mesmo e nunca mantém uma relação de igualdade entre objetos distintos. Como afirmamos acima há uma diferença entre eles, logo esta possibilidade deve ser descartada, pois deveria pressupor que os objetos fossem diferentes.

2) Igualdade entre sinais. Da mesma forma como aconteceu com a expressão anterior,  $A = A$  e  $A = B$  seriam verdadeiras desde que  $A = B$  fosse verdadeira. Aqui há outro complicador que é a arbitrariedade dos sinais. Estaríamos discutindo trivialidades se a relação de igualdade se desse somente entre os sinais, pois poderiam ser quaisquer sinais que permaneceriam iguais, desde eles denominem a mesma coisa. Porém como a conexão entre o sinal e a coisa é realizada de forma arbitrária, ninguém é impelido a utilizar este sinal ao invés de outro; desta forma teríamos apenas uma maneira particular de nos referirmos aos objetos no mundo.

3) Igualdade entre nomes teríamos quase o mesmo problema que enfrentamos em relação à igualdade de signos, mas com um diferencial; Frege apresenta uma leitura diferente para sinal e nome:

por “sinal” e por “nome”, entendo qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla), mas não um conceito ou relação<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> FREGE, G. **Sobre o sentido e a referência**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 62.

Tomada deste modo, o mesmo problema aqui ocorreria como acontece com o signo. Neste caso, o termo que está pelo objeto na sentença, nome próprio, é arbitrário, há uma conexão do nome com o objeto que o permite ir além. Mas como o nome poderia se diferenciar do signo? O que ele possuiria de diferente? “Então o valor cognitivo de  $a = a$  seria essencialmente igual ao de  $a = b$ , desde que  $a = b$  seja verdadeira. Uma diferença entre elas só poderá aparecer se à diferença entre os sinais corresponda uma diferença no modo de apresentação do objeto designado.” Aqui é exatamente o espaço no qual entra o papel de um novo conceito que o Frege traz à luz: o conceito de *sentido*. Ele está realizando a conexão do nome com o objeto.

Assim

é, pois, plausível que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto<sup>21</sup>.

O que temos é que, para Frege, é necessário que haja um sentido como definido acima para que possamos justificar a diferença cognitiva que encontramos nas sentenças que envolvem igualdade. O sentido nos guia além da arbitrariedade da igualdade do signo e da obviedade da igualdade dos objetos.

Então o nome enquanto signo pode ser completamente arbitrário. Seria óbvio se pudéssemos aplicar a ostensão a todos os objetos, mas infelizmente não podemos trazer tudo que há no mundo em uma mochila, da qual simplesmente retiráramos aquilo ao qual estivéssemos nos referindo. Além do que, alguns de nossos objetos mais refinados não poderiam estar dentro de uma mochila, como é o caso de entidades abstratas.

Para clarearmos nossas explicações utilizaremos os astros que sempre foram responsáveis por nossa orientação; eles aqui continuarão exercendo esta função tão antiga. Havia, até certo tempo atrás, uma grande curiosidade

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.62.

astronômica acerca de dois corpos celestes que eram muito brilhantes. Um deles era conhecido como “Estrela da manhã”, pois era o corpo celeste mais brilhante visto ao amanhecer, com exceção do sol e da lua. Da mesma forma havia a “Estrela da tarde” que por sua vez era o corpo celeste mais brilhante ao entardecer excetuando-se também o sol e a lua. Foi descoberto posteriormente que na verdade tratava-se do mesmo corpo celeste, o planeta Vênus.

Neste caso a igualdade:

Estrela da manhã = Estrela da tarde,

O corpo celeste mais brilhante visto ao amanhecer = o corpo celeste  
mais brilhante ao entardecer,

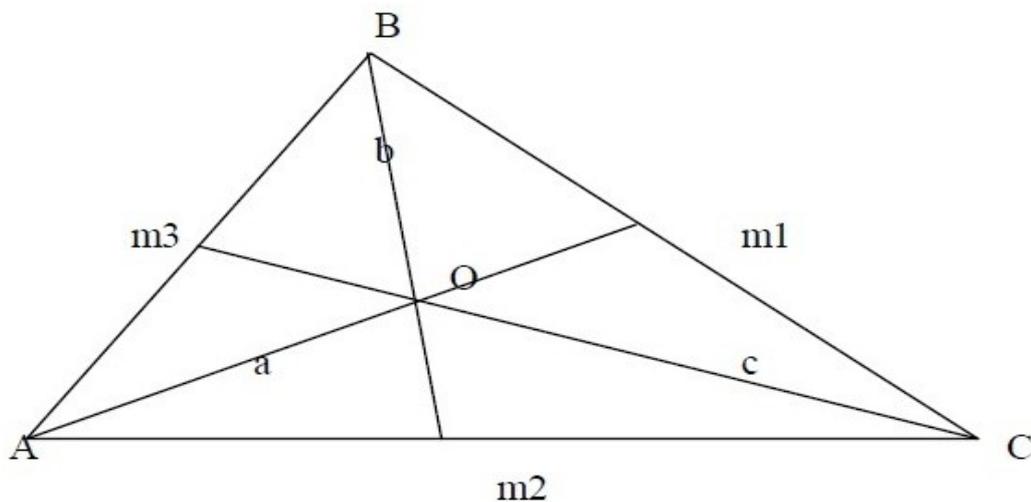
possuem a mesma referência, a saber, o planeta Vênus, mas diferem enquanto sentido, já que do lado esquerdo da igualdade possuímos como sentido: o corpo celeste mais brilhante ao amanhecer excetuando-se o sol e a lua. Já o lado direito da igualdade possui como sentido: o corpo celeste mais brilhante ao entardecer excetuando-se o sol e a lua.

A diferença de descrições em:

O corpo celeste mais brilhante visto ao amanhecer = o corpo celeste  
mais brilhante ao entardecer

dá-nos um valor cognitivo completamente distinto, e a descoberta de que se tratavam do mesmo corpo celeste trouxe novas perspectivas ao conhecimento astronômico. Este exemplo dá-nos uma excelente visão acerca do modo de apresentação do objeto que Frege chama sentido.

Outro exemplo de Frege seria bastante útil para ampliarmos nosso entendimento. Sejam  $a$ ,  $b$ ,  $c$  as linhas que ligam os vértices de um triângulo com os pontos médios dos lados opostos. O ponto de interseção de  $a$  e  $b$  é, pois, o mesmo ponto de interseção de  $b$  e  $c$ . Temos assim diferentes designações para o mesmo ponto, e estes nomes (“ponto de interseção de  $a$  e  $b$ ” e o “ponto de interseção de  $b$  e  $c$ ”) indicam, simultaneamente, o modo de apresentação e, em consequência, conhecer estes modos de apresentação das sentenças nos traz um conhecimento real que amplia nossa rede de saberes. Como ilustrado na figura abaixo:



O sentido (como modo de apresentação) auxilia na função referencial de uma maneira bem peculiar: através dele é que podemos selecionar no mundo o objeto referido pelo nome. Pensemos em ‘Aristóteles’. Como podemos saber a respeito de qual Aristóteles no mundo alguém está se referindo ao utilizar o termo ‘Aristóteles’?

Uma lembrança útil: a função do nome próprio (termo singular) é selecionar apenas um e único objeto no mundo, diferentemente de um substantivo comum que seleciona vários objetos ao mesmo tempo. Na maior parte dos casos, em conversas cotidianas, quase sempre podemos pedir maiores explicações ao nosso interlocutor acerca de qualquer termo utilizado por ele, ou ainda apelarmos para o contexto.

Neste caso, se estamos falando acerca da filosofia grega, ou da educação de Alexandre Magno, poderíamos facilmente nos remeter ao filósofo Aristóteles que foi também discípulo de Platão, nascido em Estagira, fundador do Liceu, autor da *Metafísica* e etc. Todas estas descrições e sentidos estão associados à figura

histórica do filósofo Aristóteles. Através delas podemos selecionar o objeto ao qual o nome está por ele na sentença; desta maneira sempre de forma mediada.

Ficamos então com uma dúvida acerca do sentido: o mesmo sentido é entendido por todos ou cada um possui um sentido não compartilhado para cada nome próprio? “O sentido é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence”<sup>22</sup> é a resposta de Frege.

O sentido é algo socialmente compartilhado pela comunidade linguística, não há solipsismo aqui, nem psicologismo, cada indivíduo não é responsável pela produção do sentido, a não ser que seja um conceito totalmente novo que foi criado com a finalidade de explicar de outra forma algo que já existia no mundo.

Sempre que estamos tratando de termos singulares, Frege sempre nos convida a distinguir entre:

1. O signo ou expressão linguística (o nome, termo singular);
2. O sentido, ou modo de apresentação do objeto;
3. A referência, ou o próprio objeto como tal.

Esses elementos, juntamente com o sinal arbitrário, são os constituintes dos nomes próprios. Uma questão surge e é preciso ser tratada: como se dá, então, a relação entre sinal, sentido e referência?

A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal correspondente a um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 63. Obviamente, o que se quer dizer aqui é a maior parte ou grande parte de suas designações.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 63.

O que temos aqui é uma espécie de hierarquia entre sinal, sentido e referência, o sentido é o que intermedeia a relação entre o sinal e a referência, entre o nome e o objeto no mundo, já que é através dele que podemos chegar efetivamente ao referente. Mas a garantia de “entender um sentido nunca assegura sua referência”<sup>24</sup>.

Existem alguns sentidos que não possuem uma referência bem definida, por exemplo, a expressão “o corpo celeste mais distante da Terra” possui claramente um sentido, mas a sua referência não é tão óbvia assim ou muito menos um objeto determinado que tivesse como função a de um nome próprio, estar por um único objeto. A referência de “o corpo mais distante da Terra” pode variar dependendo de nosso conhecimento acerca da cosmologia universal ou pode até mesmo ser um ponto que não poderemos atingir em hipótese alguma.

O que temos até agora é que, para Frege, nós temos um sentido que cumpre a função referencial do nome, ligando-o ao objeto pelo qual o nome está na sentença. Devemos ter muito cuidado para evitar o que Frege chama e denuncia de psicologismo, que em geral assume que o sentido seria algo de mental ou deveria estar associado a algum sinal ou representação na mente do falante ordinário.

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a este sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, imersa das lembranças e impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas que realizei<sup>25</sup>.

Frege defende esta ideia por que a representação tem o caráter mental e particular, “a representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro”<sup>26</sup>. Do contrário, se o sentido fosse particular, teríamos um sério problema para efetivarmos a comunicação, pois não haveria um *background* comum que possibilitasse o entendimento entre eles.

Imaginemos, por exemplo, o nome “Napoleão”. Um fã de biografias, livros de autoajuda ou alguém relativamente inserido na nossa cultura ocidental, poderia representar de uma maneira determinada a referência para este nome, e esta seria

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 64. Neste momento temos o uso da memória e experiências que possuímos, as quais não podemos deixar de lado nunca em nossas vidas. Porém o alerta de Frege é no sentido de não incluir nenhum destes elementos particulares na composição do sentido de nossos termos.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 64.

completamente diferente da maneira de um cinéfilo ou um historiador. “A representação por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o que pode ser a propriedade comum de muitos, e portanto, não é uma parte ou modo da mente individual”<sup>27</sup>. Devemos então distinguir o papel e função do sentido.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto à representação, mas que também não é o próprio objeto<sup>28</sup>.

O sentido é algo de mental somente na medida em que é algo que pode ser apreendido pela mente, não possuindo uma realidade física como o objeto, mas de alguma forma compartilha algo entre o mental e o físico, sendo propriamente um objeto linguístico que tem por função auxiliar na função referencial do nome próprio. É, portanto um objeto que é compartilhado por todos os que possuem a competência linguística, sendo assim o instrumento fundamental de trabalho da humanidade.

O sentido assim entendido não é tão subjetivo porque é compartilhado por uma comunidade linguística e como tal precisa de objetividade para cumprir seu papel. Esta é a tese que Frege chama de antipsicologismo. Ele tenta ao máximo se afastar das formas ideacionais que eram bastantes populares em seu tempo.

A participação da comunidade, assim como o esvaziamento de pressupostos completamente subjetivos na construção do sentido, vai fazer com que Frege seja um dos principais filósofos daquilo que conhecemos hoje como virada linguística. A tese fundamental é que os problemas filosóficos se encontram em sua maior parte na linguagem, sendo esta o meio de trabalho do filósofo e de qualquer um que trabalhe na construção do conhecimento humano. Tem como características adicionais a composição em conjunto desse conhecimento (comunidade linguística), sua objetividade e o afastamento que qualquer construção mental, subjetiva, que possa vir a contribuir significativamente para a construção do conhecimento.

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 65.

## 2.2 Frege e os puzzles

### 2.2.1 O problema da aparente referência a não existentes

- 1) O atual Rei da França é careca.

O tratamento que Frege dispensa a este *puzzle* é negar que (K3)<sup>29</sup> seja verdadeira. Ele acredita, como mostramos, na existência dos “sentidos”. Sua argumentação segue a linha de que para ser significativo um nome tem, além do seu referente, um sentido. Este é o que tornará compreensível a sentença como um todo, a partir da compreensão dos termos singulares. Baseado no princípio do contexto, Frege acredita que somente como integrantes de uma frase completa as palavras tem significado. Ele diz que: “é suficiente que se a sentença como um todo tem significado, suas partes constituintes também tem”<sup>30</sup>. Mesmo que o termo não tenha um referente.

A sentença (1) é significativa porque “O atual Rei da França é careca”. tem um sentido além da posse de um referente, independente de sua existência. Neste caso, nada é denotado pelo nome. Ainda assim o sentido é expresso por ele. Como mencionado anteriormente “para Frege, o “sentido” é, grosso modo, uma ‘forma de apresentação’ particular”<sup>31</sup>. Mesmo que, às vezes, o próprio Frege tome para o sentido a forma de descrições definidas. “Ele afirma que o sentido de “Aristóteles” (para alguns falantes) pode ser expresso pelas descrições definidas “o professor Estagirita de Alexandre o Grande”. Desse modo, alguns filósofos afirmam que Frege

---

<sup>29</sup> K3 A sentença sujeito-predicado é significativa (apenas) em virtude de selecionar alguma coisa individual e atribuir alguma propriedade para essa coisa.

<sup>30</sup> SZABÓ, Z. G. "Compositionality", in: ZALTA (ed.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2013.

<sup>31</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p. 32.

pensou que o sentido de alguns nomes pudessem ser expressos por descrições definidas<sup>32</sup>. Mas “é controverso se Frege aceita uma teoria da descrição”<sup>33</sup>.

### 2.2.2 Existenciais negativos

2) Prometeu nunca existiu.

A sentença (2) parece à primeira vista ser verdadeira e parece ser sobre Prometeu, mas se (2) é verdadeira, (2) não pode ser de cerca de Prometeu, ou de nenhum outro que estivesse na sua posição nesta sentença.

O problema do existencial negativo é mais complexo que o anterior, a aparente referência a não existentes, mesmo que seja possível compreender a sentença (1) e sua significatividade, independente da existência ou não de “O atual Rei da França”. Na sentença (2) importa se existe ou não o objeto, já que a afirmação é sobre sua existência ou não existência, como é o caso aqui. Se pensarmos que a sentença é verdadeira ela afirmaria de algo que não existe. Se pensarmos que é falsa, afirmamos que ele existe. Mas só podemos dizer algo, sobre sua verdade ou falsidade, se soubermos da existência ou não do referente do nome.

A postura teórica de Frege permite que façamos uma pequena conjectura para dar conta deste problema. A noção de sentido como modo de apresentação nos leva a compreender o nome “Prometeu” como “o protetor da humanidade<sup>34</sup>” ou “o ladrão do fogo”, mesmo que “Prometeu” não tenha referência alguma. Tomando esta descrição como sentido, nada corresponde a este sentido, sendo portanto,

<sup>32</sup>BRAUN, **Frege-Russell**. 2013. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~dbraun2/Teaching/247/frege-russell.pdf>>. Acesso: 20 de agosto de 2013. Esta concepção pode ser tomada como tendo um de seus pontos de partida na conhecida nota de rodapé de Frege, em Sobre o sentido e a referência, aqui reproduzida: No caso de um nome próprio genuíno como "Aristóteles", as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido à sentença "Aristóteles nasceu em Estagira" do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais oscilações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, não devem ter lugar numa linguagem perfeita.

<sup>33</sup> BRAUN, D. Names and Natural Kind Terms. LEPORE, E; SMITH, B. (eds.). **Handbook of Philosophy of Language**. Oxford: University Press, 2006, p. 6.

<sup>34</sup> Isto através da descrição que temos dele na *Teogonia* de Hesíodo.

impossível de encontrar algum objeto que possa satisfazer essa correspondência. “A razão pela qual essa ideia não é simples é que, para Frege apenas um nome ‘expressa’ e não denota o seu próprio sentido”<sup>35</sup>.

A teoria de Frege permite que nomes próprios expressem sentido mesmo que falhem em apresentar um objeto. Por exemplo, o nome ‘Pégaso’ expressa um sentido que poderia ser expresso também pela descrição ‘o cavalo alado’. Este sentido não apresenta um objeto, e assim o nome falha em referir<sup>36</sup>.

Não é completamente claro como a teoria de Frege poderia tratar com a aparente verdade de existenciais negativos. À primeira vista, a teoria de Frege parece implicar que “Pégaso existe” não tem valor de verdade, desde que o nome ‘Pégaso’ falha em referir. Mas é aberto a Frege manter isso, quando um nome aparece em uma sentença existencial, ele se refere a seu sentido usual. Mesmo isto não sendo claro.

### 2.2.3 O puzzle de Frege sobre identidade

3) “Elizabeth Windsor = a atual rainha da Inglaterra.

Vejamos uma sentença deste tipo: temos dois termos singulares ladeando uma igualdade. Neste caso, eles denotam a mesma pessoa. Se estivéssemos pensando a partir da teoria referencial do significado, ou millianamente, o valor de verdade desta sentença seria verdadeiro, podendo a sentença (3) ser informativa e contingente. Poderíamos dar mais exemplos disso: “Reginald Kenneth Dwight é Elton John”, “Bruce Wayne é Batman”. Muitas vezes a revelação de que estes dois termos possuem o mesmo referente pode ser bastante informativa.

<sup>35</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p.32.

<sup>36</sup> O próprio Braun cita que existem diferentes interpretações acerca do sentido de nomes próprios que não referem. Segundo ele, Gareth Evans e John McDowell não aceitam que exista sentido para esses termos. Mas como o próprio Braun assume: uma interpretação que assuma que possa haver sentido para estes nomes é mais interessante. Principalmente, o objetivo é lidar com os *puzzles* de Frege. Como é nossa intenção aqui. Cf. BRAUM, op. cit., 2013.

Analisando a partir de Frege, os referentes de (3) são idênticos, assim como nos outros exemplos. Eles compartilham o mesmo referente, mudando unicamente a “forma de apresentação” destes. Esta forma de apresentação nos dá ganhos cognitivos<sup>37</sup>.

Se, em geral, julgamos que o valor cognitivo de “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” é diverso, isto se explica pelo fato de que, para determinar o valor cognitivo, é tão relevante o sentido da sentença, isto é, o pensamento por ela expresso, enquanto sua referência, a saber, seu valor de verdade. Se  $a = b$ , então realmente a referência de “ $b$ ” é a mesma que a de “ $a$ ”, e portanto, também o valor de verdade de “ $a = b$ ” é o mesmo que o de “ $a = a$ ”. Apesar disto, o sentido de “ $b$ ” pode diferir do de “ $a$ ” e, portanto, o pensamento expresso por “ $a = a$ ”; neste caso, com as duas sentenças não tem o mesmo valor cognitivo<sup>38</sup>.

#### 2.2.4 O problema da substitutividade

- 4) Maria acredita que Elton John é um grande cantor.
  
- 5) Maria acredita que Reginald Kenneth Dwight é um grande cantor.

Se tomarmos de volta aqui a teoria referencial do significado, e lembrarmos que para ela o nome contribui apenas com o referente e nada além disso, não haveria nenhum problema em substituir em (4) o referente de (5), já que são um e o mesmo. Não haveria diferença e teríamos aqui o que é conhecido como um contexto transparente<sup>39</sup>. Mas isto não é o que ocorre quando fazemos esta alteração, que consta em (5), tornando o contexto opaco.

A saída de Frege para este *puzzle* é a mais interessante das quatro respostas. O que temos aqui como contexto opaco ou transparente não se deve a expressão por si mesma. Não há nada de opaco em: “Reginald Kenneth Dwight é

---

<sup>37</sup> Podemos aprender algo com ela.

<sup>38</sup> FREGE, op. cit., 1978, p. 86.

<sup>39</sup> Um contexto é transparente quanto ao substituir expressões correferenciais é possível manter o valor de verdade, conhecido também por: substitutividade *salva veritate*. Quando o valor de verdade não pode ser mantido, o contexto é chamado de opaco.

um grande cantor”. A opacidade ou não de uma expressão é introduzida por “acredita que”. “Uma vez que a crença é uma questão cognitiva, Frege supunha que o que determina o valor-verdade de uma sentença de crença é o sentido e não meramente os referentes das expressões que seguem o operador de crença”<sup>40</sup>.

A ideia dele é que acontece nestes contextos é uma mudança. O responsável por esta variação é o operador de crença. Quando nos deparamos com um contexto envolvendo “acredita que” ocorre uma alteração: os nomes não tem sua referência usual (referente). Em (4) e (5) teríamos a própria pessoa Elton/Reginald como constituinte da proposição. Mas o nome nesses casos vai se referir a seu próprio sentido. Por esta razão, quando substituímos “Elton” por “Reginald” há uma mudança no valor de verdade. Como cada um se refere a seu próprio sentido, ele é um em (4) e outro em (5).

Todas as respostas que Frege apresenta para os quatro *puzzles* são baseadas na distinção fundamental em seu trabalho: *O sentido e a referência*. Baseada nesta distinção, os nomes devem contribuir com algo mais que somente os referentes. Eles devem possuir também o sentido, para que a sua função semântica esteja completa. Esta distinção faz com que seja possível visualizar respostas aos *puzzles* com muito mais nitidez do que na postura anteriormente abordada. Acredito que seja importante de ser lembrar que todos os conceitos utilizados por Frege como: sentido, ganho cognitivo, a ideia que o sentido expressa mas não denota o referente não são postas em seu trabalho de forma suficientemente clara, para que as questões fossem encerradas por seu pensamento.

Embora comumente o papel do sentido seja entendido como o seguinte: “O sentido de um nome é tanto o modo de apresentação quanto o determinante de seu referente..., e também como referente quando o nome está inserido em um contexto de citação indireta ou atribuição de atitude proposicional”<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p. 33-34.

<sup>41</sup> BACH, K. **Comparing Frege and Russell**. 2013. Disponível em: <<http://online.sfsu.edu/kbach/FregeRus.html>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

### 3. Russell

#### 3.1 Russell

Russell fornece uma alternativa a teoria fregeana, mas encontra objeções a esta posição quando se depara com a questão dos nomes que se referem a objetos não existentes, conhecidos também como nomes vazios<sup>42</sup>. Temos um problema aqui. Quando utilizamos um nome próprio ele deve estar na sentença para referir-se a algum objeto, como então devemos tratar esta classe de nomes sem referência? Pois, sem referência, estes nomes podem tornar as sentenças nas quais ocorrem em sentenças sem significado.

Enquanto Frege está disposto a deixar de lado, para sentenças contendo esta classe de nomes, a atribuição de um valor de verdade, mesmo que isto estivesse indo de encontro ao princípio do terceiro excluído, para Russell, deixar de lado este princípio é inaceitável<sup>43</sup>. Portando a sua análise tem que manter sempre intacto os princípios fundamentais da lógica, assim como ele acreditava que a metodologia em filosofia deveria ser semelhante à metodologia científica. Em filosofia deve-se propor e testar hipóteses, observando-se e avaliando-se os resultados.

Do ponto de vista de Russell, o objeto da filosofia é então distinguido das outras ciências apenas pela generalidade e a *uma prioridade* em seus enunciados, não pela metodologia subjacente da disciplina. Na filosofia, assim como na matemática, Russell acreditava que era através da aplicação de maquinário lógico e boas ideias que os avanços na análise seriam feitos<sup>44</sup>.

Apesar de Russell ter no início da sua carreira, em uma de suas fases, ter sido adepto do realismo, este posicionamento foi sendo abandonado com o decorrer

---

<sup>42</sup> Russell está ciente dos quatro *puzzles* que trabalhamos até aqui. Todos eles são importantes e motivadores da criação de sua teoria. Textualmente estou dispondo como recurso argumentativo, para introdução do tema, apenas dos nomes vazios. Os demais virão conforme o desenvolvimento do texto.

<sup>43</sup> Assim como os demais princípios da lógica.

<sup>44</sup> IRVINE, op. cit., 2012.

de sua atividade filosófica. Vejamos quais eram os principais pontos deste realismo para que possamos entender por que ele pretendeu abandoná-lo; para tanto devemos compreender quais eram os comprometimentos ontológicos básicos de sua visão realista:

Três comprometimentos ontológicos básicos: o primeiro era a crença na existência de objetos comuns do dia a dia – pessoas, corpos, objetos materiais e etc. O segundo comprometimento realista era a crença na existência de entidades matemáticas e lógicas, tais como, números, conjuntos, relações, e propriedades – em poucas palavras aquilo que os filósofos têm chamado de objetos abstratos. O terceiro comprometimento era a crença que *cada objeto do pensamento* devia possuir algum tipo de ser (já que de outra maneira não poderíamos pensar neles). Concordando com esta crença, o fato que alguém possa pensar em Pégaso, Papai Noel, e o no atual rei da França indica que eles devem ter algum tipo de ser, e que seriam constitutivos genuínos da realidade<sup>45</sup>.

Mesmo esta posição realista assumida por nosso filósofo em seu início de carreira, ainda não era tão radical quanto viria a tornar; temos ainda um bom caminho até chegar à versão ontológica da teoria das descrições definidas que é bem mais enxuta que esta que ele próprio havia assumido.

Uma das principais questões aqui acerca da posição de Russell é que ele inicialmente se mostrou aberto a tentar deixar de lado as questões sobre as propriedades lógicas, principalmente o terceiro excluído e relativizar um pouco o posicionamento ontológico que envolvia a problemática dos nomes próprios sem referentes. Desse modo, havia objetos na ontologia dos quais não se conhecia muito bem seu status ontológico. Porém Russell mudou de ideia quando conheceu o trabalho de Alexius Meinong. Este último elaborou uma teoria dos objetos que permitia que praticamente qualquer coisa, atual, existente, possível, meramente concebível ou até mesmo impossível, como o quadrado redondo, fosse o referente de nomes próprios e em certa medida possuísse ser.

Russell ao deparar-se com o trabalho de Meinong achou que toda aquela ontologia vaga teria que parar, então puxou a navalha de Ockham e em seu artigo “*On Denoting*” de 1905, apresentou uma nova posição acerca destas questões.

---

<sup>45</sup> SOAMES, Scott, **The Dawn of Analysis**. Princeton University Press, 2003, p.95.

Exploraremos aqui a ideia russelliana das descrições definidas. Um dos principais motivos da rejeição da teoria de Meinong era que Russell tinha certa aversão a qualquer teoria filosófica que pudesse ao menos parecer idealista. Esta era uma corrente filosófica muito popular em Cambridge, universidade onde Russell estudou, e cuja influência ainda era muito grande em todo ambiente acadêmico da época. Esta corrente na figura do filósofo alemão Hegel seu principal expoente. O próprio Russell foi iniciado nesta corrente filosófica. Este momento de sua vida teve ecos durante sua carreira, mesmo que negativos durante toda a vida do filósofo. Traçaremos a partir de então aquilo que levou Russell a afastar-se cada vez mais deste movimento idealista e repensar as posturas realistas que ele havia defendido inicialmente. Isto será feito tomando como ideia central a teoria das descrições criada e desenvolvida por ele.

Com a configuração teórica da teoria das descrições, ele pode rejeitar a posição realista de que cada objeto do pensamento tem ser, e aqui temos toda uma série de classe de coisas, conhecida como nomes vazios, tais como “Jasão”, “Hércules” e “o atual rei da França”, que são nomes que não possuem referente. A teoria das descrições definidas não pressupõe um referente para cada nome e que o mesmo seja existente.

Russell para poder rejeitar a posição inflacionária dos seres teria de por outra em seu lugar. Isso somente tornou-se possível com a teoria das descrições apresentada em *On Denoting*. Logo no início do texto ele já expressa sua ruptura com aquela postura:

Esta teoria toma qualquer expressão denotativa gramaticalmente correta como representativa de um *objeto*. Por conseguinte, “o atual rei da França”, “o quadrado redondo”, etc., supõem-se ser objetos genuínos. Admite-se que tais objetos não *subsistem*, mas, entretanto, supõe-se que eles sejam objetos. Esta é em si mesma uma perspectiva difícil; mas a principal objeção é que tais objetos, reconhecidamente, estão prontos a infringir a lei da contradição. Sustenta-se, por exemplo, que o atual rei da França existe, e também que não existe; que o quadrado redondo é redondo, e também não redondo, etc. Mas isto é intolerável; e se se puder estabelecer qualquer teoria para evitar esse resultado, esta deve ser certamente preferida”<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> RUSSELL, B. Da denotação. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 3. (Os Pensadores).

Para isso, ele elaborou a distinção entre forma lógica e forma gramatical. Russell acreditava que, usando a nova lógica de sua época, os filósofos seriam capazes de expor a "forma lógica" subjacente às declarações de língua natural. Russell pensava que sentenças expressam pensamentos ou proposições. E assim como uma sentença tem uma forma gramatical, as proposições expressas pelas sentenças teriam uma forma lógica que às vezes podem coincidir e as vezes não com sua forma gramatical.

Assim, ele introduziu uma nova maneira de extrair a forma lógica das proposições, de modo que seriam equivalentes com as suas formas gramaticais mantendo as mesmas proposições, mas que não caíam mais na forma sujeito-predicado. Este apelo à forma lógica é uma tentativa de escapar dos problemas ligados diretamente ao uso comum (ordinário ou natural) da linguagem, como: vagueza e ambiguidade.

### 3.2 Teoria das descrições definidas

A proposta de trabalho de Russell através dos *puzzles* vem de seu interesse na lógica da palavra "the" (o/a). Seu interesse é tamanho que ele escreveu sobre isto enquanto estava preso:

Neste capítulo, consideraremos a palavra *o* (*the*) no singular, e no próximo capítulo consideraremos a palavra *o* (*the*) no plural. Pode ser considerado excessivo dedicar dois capítulos a uma palavra, mas para a matemática filosófica ela é uma palavra de grande importância: como o gramático Browning considera importante o enclítico  $\delta\epsilon$ , eu daria a doutrina da palavra, se eu fosse "morto da cintura para baixo" e não estivesse apenas preso<sup>47</sup>

Russell defende uma análise direta e demonstra que ela proporciona soluções para cada um dos quatro quebra-cabeças lógicos: o problema da aparente referência a não existentes, o problema do existencial negativo, o *puzzles* de Frege

---

<sup>47</sup> RUSSELL *apud* LUDLOW, P. Descriptions. *in*: ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012.

sobre a identidade e o problema da substitutividade. Ele “oferece uma receita (método) para parafrasear tipos padrão de toda frase contendo 'A', de tal forma que exibem o papel de 'a' indiretamente, e revela o que ele chamou de 'formas lógicas' das sentenças”<sup>48</sup>.

“Assim, como podemos distinguir três sentidos separados de "é" (o é de predicação, o é de identidade, e o é de existência) e exibir esses três sentidos utilizando três notações lógicas distintas (  $Px$  ,  $x = y$  , e  $\exists x$  respectivamente)”<sup>49</sup> é necessário compreender que:

O eixo central da teoria de Russell está em tomar, na formalização, a variável, e não as constantes, como noção fundamental. Isso implica compreender o caráter singular determinado das sentenças construídas com descrições definidas como um traço derivado, e não essencial, de tal modo que essas sentenças possam ser reproduzidas formalmente por meio de uma sentença particular, mas indeterminada”<sup>50</sup>.

Esta característica visa garantir a relação entre a descrição definida em sua forma superficial e sua forma lógica.

a ideia é que a variável, ligada por um operador, está pelo objeto referido, o que garante a singularidade da denotação, mas não compromete a sentença com nenhuma determinação antecipada do objeto, uma vez que a variável está por um objeto, se houver um que a sentença denote, *qualquer que ele seja*<sup>51</sup>.

Esta última garante a denotação, enquanto que assegura que o objeto se mantenha o mesmo da descrição definida: “A determinação do objeto é dada somente pelo predicado que acompanha a variável e, no caso das descrições definidas, esse

<sup>48</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p.13.

<sup>49</sup> IRVINE, op. cit., 2012.

<sup>50</sup> NAVES, Adriano. **Nomes Próprios**: semântica e ontologia. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003, p.56.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.56.

predicado constitui-se da própria descrição que a expressão fornece do objeto que denota”<sup>52</sup>.

1) O autor de *Waverley* era escocês .

Olhando para esta sentença, podemos dizer que é uma sentença muito comum na linguagem natural. E que pode com muita facilidade ser do tipo sujeito-predicado. Nossa primeira intenção é procurar por alguém que seja o autor de *Waverley*, em (1) esta expressão é predicativa, devendo existir um sujeito que possa suportar esta predicação, e que possa ser selecionado por ela. Russell afirma que sentenças contendo “o” são uma abreviação de uma estrutura lógica mais complexa, sendo responsável pela univocidade que é característica dos nomes próprios. Ainda, esta estrutura complexa envolve quantificadores como: “Todos,” “algum”. No caso (1) a abreviatura seria mais ou menos como segue:

(1a) Pelo menos uma pessoa escreveu *Waverley*.

(1b) No máximo uma pessoa escreveu *Waverley*.

(1c) Quem quer que tenha escrito *Waverley* era escocês.

As três sentenças em conjunto tem sua verdade requerida para que (1) seja verdadeira. Temos que: “Se o autor de *Waverley* era escocês, então havia um autor; se houvesse mais de um autor, “o” não deveria ter sido utilizado, e se o autor era escocês segue trivialmente que quem que tenha escrito *Waverley* era escocês.” O que é interessante aqui é que as três sentenças (1a, 1b, 1c) individualmente, parecem ser suficientes para nos levar a (1). “Parece que se tem um conjunto de condições necessárias individualmente e conjuntamente suficientes para (1)”<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p.56.

<sup>53</sup> LYCAN, op. ct., 2000, p.13.

Tomamos abaixo  $W$  para “autor de *Waverley*”,  $E$  para escocês.

a)  $(\exists x)Wx$

(b)  $(x)(Wx \rightarrow (y)(Wy \rightarrow y = x))$

(c)  $(x)(Wx \rightarrow Ex)$

(a)–(c) tomadas em conjunto

(d)  $(\exists x)(Wx \& ((y)(Wy \rightarrow y = x) \& Ex))$

A expressão (d) é a forma lógica correta da expressão “o autor de *Waverley* era escocês.” E, como podemos ver, ela é completamente diferente de sua forma original. O que temos aqui, para Russell, é que a expressão “o autor de *Waverley*” está sendo tratada como um termo singular quando na verdade não o é. Este entendimento se dá pela falta de compreensão de que a expressão (1) é uma abreviatura para (d) que apresenta uma estrutura quantificacional. O movimento de Russell aqui é mostrar que os problemas surgiram por conta das expressões que pareciam ser termos singulares, mas que na verdade estavam apenas disfarçadas.

### 3.3 *Puzzles* em RUSSELL

#### 3.3.1 Aparente referência a não existentes

(1) O atual rei da França é careca.

Devemos aqui retornar ao esquema apresentado anteriormente, no qual tínhamos algumas declarações que tomadas em conjunto apresentavam inconsistências. Chamaremos a sentença acima de K7, para facilitar a leitura. Aplicando o método de Russell à sentença acima, temos:

Pelo menos uma pessoa é atualmente rei de França,

e

no máximo, uma pessoa é atualmente rei de França,

e

quem quer que seja atualmente rei da França é careca.

Sob esta análise, a primeira revelação é que a primeira das três sentenças é falsa, já que atualmente na França não existe um rei. Trazemos a lembrança que a posição de Frege é negar K3<sup>54</sup>, adicionando a noção de sentido como imprescindível dentro da sua construção teórica. Com Russell, a questão muda. A princípio, parece que a rejeição de K3 é um excelente caminho. Mas não é nesta rua que anda Russell. Ele poderia escolher entre rejeitar K3 ou ainda K6<sup>55</sup> (não existe tal coisa como uma “coisa inexistente”). Como demonstramos acima negar K6 não parece uma opção que ele esteja disposto a seguir. K2<sup>56</sup> surge às vistas como algo quase inegável assim como as outras posições.

O movimento de Russell é exatamente negar K2 (diz que (1) é uma sentença da forma sujeito-predicado) a partir a análise que ele estabelece acima, fazendo com que “O atual Rei da França” não seja visto como uma expressão e sim como parte do trio de conjunções de sua análise. Obviamente (1) em sua forma original apresenta a forma sujeito e predicado. Qualquer estudante medíocre poderia afirmar isso. Mas esta forma é somente superficial. “As três orações são todas declarações

<sup>54</sup> K3 A sentença sujeito-predicado é significativa (apenas) em virtude de selecionar alguma coisa individual e atribuir alguma propriedade para essa coisa.

<sup>55</sup> K6 Não existe tal coisa como uma "coisa inexistente"

<sup>56</sup> K2 (1) é uma sentença sujeito-predicado.

gerais e que não há nenhuma menção a qualquer individual específico correspondente ao Rei, "o Rei" não figura em nenhum lugar da forma lógica como sujeito"<sup>57</sup>.

Irvine<sup>58</sup> na exposição da teoria das descrições definidas argumenta que os *puzzles* demonstram que os princípios da lógica não são obedecidos. Algo que não era do desejo de Russell. Este acreditava que somente a análise que ele apresenta permite perceber que os princípios da lógica são obedecidos nestes casos, já na forma superficial não é possível perceber isto. Neste *puzzle*, "O atual rei da França é careca." há uma leitura que viola o princípio do terceiro excluído. Se assumirmos que "O atual rei da França é careca" é verdadeira, a sua negação "O atual rei da França não é careca" deveria ser falsa, mas este não é o caso, porque as duas sentenças parecem sugerir a existência de um atual rei da França.

### 3.3.2 O problema dos existenciais negativos

#### 2) O atual Rei da França não existe.

A sentença (2) pode parecer um pouco confusa à primeira vista, como algumas sentenças que possuem uma negação em sua estrutura. Para compreender uma sentença deste tipo, temos que primeiro pensar a sentença em sua forma original sem negação e depois aplicar a negação. Para tanto, ou podemos aplicar a negação ao verbo "existir" em (2) ou podemos fazer esta aplicação à sentença como um todo.

Não (O atual rei da França existe).

Isto quer dizer que "O atual Rei da França existe" é falso. Isto parece que é essa exatamente a intenção daquele que proferiu (2). O que (2) quer dizer, é exatamente: "Ninguém é o rei da França", a análise de Russell tem a vantagem de ser equivalente ao que a expressão (2) quer transmitir. Em nenhum lugar na análise de Russell selecionamos indivíduos e dizemos que ele não existe. Então o problema

<sup>57</sup> LYCAN, op. cit., 2000. p.15.

<sup>58</sup> IRVINE, op. cit., 2012.

dos existenciais negativos desaparece, pelo menos, para o caso das descrições definidas. A análise de Russell consegue ser bastante plausível e foge da questão de afirmar um existencial negativo, porque não há um referente para dizer dele que seja verdadeiro ou falso.

### 3.3.3 O puzzle de Frege sobre identidade

3) “Elizabeth Windsor é a atual rainha da Inglaterra”

A atual rainha da Inglaterra é uma descrição definida, vamos aplicar a análise de Russell mais uma vez:

Pelo menos uma pessoa é atualmente rainha da Inglaterra,

e

no máximo, uma pessoa é, a atual rainha da Inglaterra,

e

quem quer que seja atualmente rainha da Inglaterra é (idêntica a) Elizabeth Windsor.

Simbolizando:

$$(\exists x) (Qx \ \& \ ((y) (Qy \rightarrow y = x) \ \& \ x = e))$$

Nossa expressão (3) que aparentemente era uma trivialidade, após análise, demonstra não ser trivial. Podemos aprender das três frases algo sobre Elizabeth e também sobre a atual rainha da Inglaterra. Torna-se mais claro como estas duas

informações estão unidas. Obviamente, a informação que aprendemos é de caráter contingente e não necessário. Várias coisas poderiam ter acontecido na vida de Elizabeth antes de assumir o posto de Rainha. Ela poderia ter sido sequestrada e morta, poderia ter decidido viajar o mundo como mochileira, poderia ter-se apaixonado por um brasileiro e etc. As possibilidades são inúmeras de que a identidade exibida em (3) pudesse não ser verdadeira, exatamente pelo fato de ser contingente.

Mais uma vez a teoria russelliana nos fornece uma boa explicação daquilo que intuitivamente compreendemos quando lemos uma expressão como (3). “Note-se que na visão de Russell a declaração só é superficialmente uma afirmação de identidade; realmente é uma predicação e atribui uma complexa propriedade relacional para Elizabeth”<sup>59</sup>.

#### 3.3.4 O problema da substitutividade

Considerando a expressão abaixo:

(4) Maria acredita que o autor de *Ser e Nada* é um profundo pensador.

Vamos assumir que Maria desconhece o fato de que o autor de *Ser e Nada* ser também escritor de romances. Desta forma, não podemos substituir o termo “o autor de *Ser e Nada*” por “o autor de *Entre quatro paredes*” sem alterar o valor de verdade e gerar com isso uma sentença falsa como (5):

(5) Maria acredita que o autor de *Entre quatro paredes* é um pensador profundo.

uma vez que Maria desconhece qualquer fato sobre a vida privada do autor de *Ser e Nada*. Seu único conhecimento sobre ele é este volume que ela leu na biblioteca

<sup>59</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p.17.

algumas vezes, no intervalo de suas aulas na faculdade, quando ainda cursava Serviço Social. Afirmar algo como (5) seria um completo absurdo para Maria. Temos neste exemplo um caso de contexto opaco: quando substituímos o termo singular, o valor de verdade da expressão se altera, de verdadeiro em (4) para falso em (5). Vamos analisar (4) para termos uma visualização melhor do que está ocorrendo:

Maria acredita que:

Pelo menos uma pessoa escreveu *Ser e Nada*,

e

no máximo uma pessoa escreveu *Ser e Nada*,

e

quem quer tenha escrito *Ser e Nada* é um profundo pensador.

Se realizarmos o mesmo procedimento com (5) veremos a grande diferença que está presente em afirmar (4) e (5):

Pelo menos uma pessoa escreveu *Entre quatro paredes*,

e

no máximo uma pessoa escreveu *Entre quatro paredes*,

e

quem quer tenha escrito *Entre quatro paredes* é um profundo pensador.

Quando comparamos as duas análises, é perceptível que (4) e (5) são completamente diferentes. Atribuir a Maria a crença (5) é completamente falso, no entanto, afirmar (4) é verdadeiro. Como os termos singulares desaparecem sob análise, esta substituição não é perfeita. É como se desfizéssemos o lugar que o objeto deveria ocupar. Mas mesmo assim mantemos a intuição de que estamos falando sobre duas coisas diferentes. E não podemos dizer de (5) que é verdadeira.

Estas abordagens que mostramos aqui dos *puzzles* a partir da perspectiva russelliana nos deixam uma impressão. As descrições definidas não realizam uma conexão com o mundo de forma direta como a nomeação faz. Como vimos, a forma como ele lida com estes *puzzles* torna muito claro como resolver estes problemas, sem cair em contradições e mantendo a consistência lógica e mantendo os enunciados da linguagem sempre com um valor de verdade.

Ainda que as descrições definidas não designem como os nomes, não sejam “realmente” termos singulares, mantêm uma característica fundamental que é ter um único indivíduo como objeto denotado. Mesmo que a relação entre a descrição definida e seu referente semântico seja muito menos direta do que é a relação entre um nome simples e seu referente.

### 3.3.5 Objeções ao descritivismo de Russell quanto a nomes próprios

#### 3.3.5.1 Indeterminação das descrições

A primeira objeção à teoria das descrições definidas é muito simples e intuitiva. Se Russell afirma que os nomes são abreviações de descrições definidas, ou melhor, de um conjunto de três expressões ligadas por conjunções, alguém rapidamente pensaria: nomes são equivalentes a descrições. Então todas as vezes que se usa um nome, deve existir alguma descrição que lhe seja equivalente. Um dos primeiros a propor esta objeção foi Searle (1958).

Para um uso simples de uma expressão como:

- 1) Wilfrid Sellars era um homem honesto,

o que está sendo dito em (1) é que aquele que fala conhece certa quantidade de descrições que possam nos levar a Sellars? A visão de Searle é que teríamos algumas descrições para especificar “Wilfrid Sellars” e poderíamos escolher algumas delas, às quais poderíamos acessar quando preciso. Mas esta visão carrega um problema. Parece que conhecer algumas destas descrições deveria levar a supor que conhecemos todas elas, visto que a significatividade completa do nome “Wilfrid

Sellars” fosse uma conjunção de todos estes predicados corretamente aplicáveis a ele. Isso faz com que alguém possa pensar que quando (1) for enunciado poderia levar a outra descrição como:

2) Wilfrid Sellars era um debatedor ferrenho.

Mas, qualquer pessoa sã, consegue perceber que o conhecimento ou enunciação de (1) não leva em absoluto a (2). Obviamente numa conversa comum, se alguém não conhece o termo usado, no caso “Wilfrid Sellars”, há uma maneira muito fácil de apropriar-se dele, fazendo a pergunta: de quem você está falando mesmo? Poderíamos aqui chamar isto de teste de verificação. O teste ocorre quando um dos interlocutores deseja verificar se conhece ou se domina o termo que está sendo utilizado numa conversação. É importante chamar atenção para o fato de que nem sempre ocorre que aquele que utiliza um termo, tenha uma descrição em mente sobre o mesmo. Muitas vezes, no teste de verificação, ouvimos ou dizemos algo como: deixa-me pensar um pouco. Isto vem a corroborar com a intuição que não temos, na maior parte das vezes, uma descrição que está em nossa mente, determinando o uso de algum termo.

Aplicando o teste de verificação ao termo de (2): “Quem é Sellars?” diversas respostas poderiam ser levantadas, dependendo de que informação acreditamos que possa ser relevante para o interlocutor, podendo haver uma variante enorme de respostas, desde é “o filho de fulano e beltrana”, até uma explanação detalhada de seu trabalho e teoria filosófica. No caso do Sellars, realmente demandaria algum tempo para que houvesse algum esclarecimento, devido à estrutura complexa do seu pensamento. Mas dificilmente a resposta ao teste de verificação vai levar à descrição, se é que havia alguma, que se tinha em mente quando foi utilizado o termo “Wilfrid Sellars”. “Só porque eu conheço algo sobre o referente de um nome não significa que qualquer conhecimento sobre ele está envolvido no uso desse nome”<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> WATSON, S. **Reference and Description**. 2013. Disponível em: [http://stevewatson.info/courses/IntroductionToPhilosophy/lectures/reference\\_and\\_description.htm](http://stevewatson.info/courses/IntroductionToPhilosophy/lectures/reference_and_description.htm). Acesso: 20 de agosto de 2013.

O cerne desta objeção é tentar demonstrar que:

- 1) Em muitos casos não temos uma única descrição que esteja associada ao uso que fazemos de um nome ou descrição.
  
- 2) Ou que seja possível determinar o que temos em mente quando utilizamos um nome ou descrição.

Searle argumenta ainda que não existe muita razão para pensar que exista uma equivalência entre nomes e descrição além dos usos para fins de solução dos *puzzles*.

### 3.3.5.2 Diversidade das descrições

Há a ideia de que o conhecimento sobre um objeto ou termo não está igualmente distribuído entre as pessoas. Em alguns casos, o sujeito A pode saber algo sobre o objeto Y e o sujeito B desconhecer este fato, sendo o inverso também possivelmente plausível. Nem sempre o conhecimento que diferentes pessoas têm sobre um mesmo objeto coincide. Esta objeção parte deste princípio, mas tem algo mais. Ela parece assumir que a partir do teste de verificação, seria possível pensar que os nomes poderiam ter diferentes sentidos ou descrições para pessoas diferentes, não havendo uma rigidez neste processo. Com isso, poderíamos chegar à conclusão de que os nomes têm diversas descrições, que poderiam variar de falante para falante. Aqui está pressuposto também que existe certa relação de equivalência entre os nomes e as descrições que os falantes têm em mente.

Vamos tomar outro exemplo nesta mesma direção. Tomando como base a pressuposição que nomes são equivalentes a descrições. Se pensarmos que diferentes pessoas pensam de formas diferentes ao longo do tempo, esta variação vai ocorrer também na forma como elas associam os nomes as descrições. Isto vai variar também naquilo que elas possuem em mente ao utilizar estas descrições.

Um exemplo seria útil. Estamos todos discutindo sobre MPB. Eu estou falando sobre Vinícius de Moraes. Quando penso sobre ele, penso algo como “o

autor de 'Tarde em Itapoã.' Até esta semana, acreditava ser uma praia no Rio de Janeiro, mas descobri que a praia fica na Bahia. Vamos imaginar que Raul está discutindo comigo sobre este tópico e pensa sobre Vinícius de Moraes como "o grande poeta da MPB." Claramente, as duas descrições que temos sobre o mesmo referente são distintas. De forma bastante curiosa, se eu digo, "Vinícius de Moraes colocava sua dose de Whisky com uma só mão, enquanto escrevia com a outra" e Raul retruca: "Impossível, ele não poderia escrever, por que vivia bêbado", além do fato de que nem eu nem Raul tivéssemos absolutamente mais nada de interessante a fazer. De acordo com a teoria de Russell, as duas afirmações não seriam contraditórias. A minha afirmação seria mais ou menos como:

3) Uma e somente uma pessoa "compôs Tarde em Itapoã",

e,

quem quer que tenha sido "compositor de Tarde em Itapoã" colocava sua dose de Whisky com uma só mão, enquanto escrevia com a outra.

É bastante diferente de:

4) Uma e somente uma pessoa é "grande poeta da MPB",

e

quem quer que tenha sido "grande poeta da MPB" não escrevia sua própria poesia.

Quando analisamos essas sentenças vemos que a aparente contradição que existia parece não existir mais. Isso se deve à forma de generalização que o tratamento russelliano dá a estas descrições. Olhando novamente para as duas expressões iniciais e as duas formas analisadas, temos o sentimento de que estamos fazendo ou falando sobre duas coisas completamente diversas.

### 3.3.6 Possível resposta de Russell

Russell na solução dos *puzzles*, ao propor sua teoria das descrições. Esta solução apresenta certa vagueza em selecionar um referente, devido às generalizações que propõe. Este movimento, naquele momento, parece bastante interessante e inteligente. E é inclusive, através dele que Russell consegue desvencilhar-se de alguns dos *puzzles*.

Após a argumentação de Searle, esta vagueza mostra uma falha ou brecha na teoria das descrições. A crítica realizada tenta demonstrar o perigo que esta não especificação direta do referente traz. Os enganos que podemos cometer, mesmo quando falamos do mesmo referente. Podemos depois da análise perder o foco. Em momentos como acima, dissolver uma contradição em coisa alguma. E a análise russelliana parece não suportar este uso comum da linguagem natural. Ou até mesmo ser desnecessária para estes casos cotidianos, baseado na ideia de que ninguém faz isso conscientemente ao utilizar esses termos.

Podemos tentar uma defesa do Russell, aludindo a uma questão simples. O problema suscitado por Searle está baseado numa determinada equivalência: entre os nomes, suas descrições e um terceiro elemento (o conhecimento ou uso que cada indivíduo tem ou faz de um nome ou descrição). Este último é bastante variável. E como o próprio Searle adverte: é difícil saber o que as pessoas têm em mente, como elas estão utilizando estes nomes e com que associações. É inclusive um sinal de pouca saúde, alguém querer análise de uma questão tão trivial no dia a dia. O exemplo mostrado tem sim uma contradição, mas isso não invalida o tratamento dispensado por Russell. Ter um conjunto de conjunção pode muitas vezes não resolver o problema e talvez até multiplicá-lo.

## 4. Searle, Strawson e Donnellan

### 4.1 Teoria de Searle

Searle acredita que o descritivismo é uma boa saída, apesar das críticas à versão de Russell. Sua proposta é um pouco mais suave. A ideia é aumentar a vagueza com a intenção de tornar a teoria mais consistente. Como não temos como determinar que descrições alguém tem em mente quando utiliza um nome, podemos tentar solucionar este problema recorrendo a uma série de descrições possíveis e relevantes para o termo em questão ao invés de termos uma única descrição. Esta proposta é conhecida por feixe (*cluster*) de descrições.

De acordo com ela, os nomes teriam um conjunto de descrições que estariam associadas a ele. Estas devem ser consideradas cada uma como “declaração de identificação padrão”. O papel semântico de um nome neste conjunto é indicar um objeto que satisfaça um número adequado, mas indeterminado de “declarações de identificação padrão” associada ao nome.

O que Searle oferece como vantagem de sua teoria é que seria muito mais fácil com ela resolver as duas objeções apresentadas: indeterminação das descrições e a diversidade de descrições. Pelo fato do nome estar associado a um conjunto de descrições, nenhuma delas é necessária. Desta maneira podemos ter qualquer uma delas em mente quando estamos usando um nome.

Part-se do princípio que temos um conjunto de descrições associadas a um nome. “O que estou sugerindo é que um fato necessário que Aristóteles tenha uma soma lógica, de disjunções inclusivas, das propriedades comumente atribuídas a ele”<sup>61</sup>. Podemos imaginar que escolher uma ou outra aqui não fará diferença. E que as descrições escolhidas possam ser diferentes a cada uso de um nome. Da mesma forma não será de grande importância que falantes diferentes tenham em suas mentes descrições diferentes quando utilizam o mesmo nome. Isto é suportado pela teoria de Searle com certa facilidade.

---

<sup>61</sup> SEARLE, J. R. Proper Names. **Mind**, New Series, v. 67, n. 266, 1958, p.166-173, p.172.

Ele estabelece uma distinção interessante. Enquanto

os nomes próprios se referem sem levantar a questão do que é o seu objeto... as descrições definidas referem-se apenas em virtude do fato de que os critérios de identificação do objeto não são tão soltos (*loose*) no sentido original, a sua referência se dá por nos dizer o que o objeto é<sup>62</sup>.

Para as descrições “o que estou argumentando é que a força descritiva de “Este é Aristóteles” é afirmar um número suficiente, mas até agora não especificado destes enunciados são verdadeiros para o objeto”<sup>63</sup>. Existe um conjunto de afirmações sobre o objeto Aristóteles das quais a maior parte são contingentes, e sua verdade depende do que sabemos sobre ele. O uso de uma descrição definida para o nome próprio “Aristóteles” deve dizer uma parte das afirmações deste conjunto. Aqui podemos ver como é vaga a concepção de Searle, já que não é dado ou especificado quantas destas afirmações verdadeiras são suficientes para tornar correto o uso da descrição.

Para ele a “única função dos nomes próprios seria para salvar respiração ou tinta, elas seriam apenas taquigrafia”<sup>64</sup>. Searle insiste em que, ao invés de ser equivalente a uma única descrição, um nome funciona como um “cabide. sobre a qual pendurar descrições”<sup>65</sup>, e isso é o que nos permite obter uma relação linguística com o mundo.

## 4.2 Como o Searle evita as objeções

### 4.2.1 Objeção 1 Indeterminação das descrições

---

<sup>62</sup> SEARLE, op. cit., 1958, p.172.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 172.

<sup>64</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p.38.

<sup>65</sup> SEARLE, op. cit., 1958, p. 172.

Searle abandonou o compromisso de que para cada nome deve haver alguma descrição especial que ele tenha que expressar. O nome está ligado semanticamente apenas por um conjunto frouxo de descrições.

#### 4.2.2 Objeção 2 Diversidade das descrições

Searle acredita ter evitado esta objeção pelo fato de que pessoas diferentes podem ter diferentes subgrupos de material descritivo em mente, mas cada um tem um número suficiente, mas vago e indeterminado de descrições de identificação e, assim, ter sucesso ao se referir ao mesmo indivíduo, não havendo necessidade de selecionar uma ou outra prioritariamente.

#### *4.3 Strawson*

As diferenças entre as posições de Russell e Strawson podem ser delineadas a partir de vários pontos. O primeiro, talvez mais importante, é a concepção que cada um tem de como as expressões linguísticas devem ser analisadas e estudadas. Enquanto Russell pensa as expressões em termos de frases tomadas abstratamente, como objetos em si, e as suas propriedades lógicas em particular, Strawson está do outro lado do caminho, preferindo dar ênfase ao modo como as frases são usadas na linguagem natural em seu modo cotidiano de uso.

Até mesmo os títulos de seus trabalhos já refletem estes posicionamentos. Russell escreve "*On Denoting*" (Da denotação) no qual tenta estabelecer a relação entre expressões tomadas de forma abstrata, generalizações, e os referentes destas expressões chamadas denotativas. O trabalho de Strawson chama-se: "*On Referring*" ("Da Referência", ou melhor "Sobre Referir"), já que seu objetivo desde o início de seu artigo é mostrar que sua preocupação é com o uso cotidiano das expressões, todas as vezes que alguém utiliza alguma para referir algo. Em franca oposição ao modelo russelliano, sua intenção era mostrar que as expressões são apenas o meio para as pessoas se referirem às coisas. E que as expressões por si só não fariam isso. Sua tentativa é focar a interpretação destas expressões contextualmente.

Outra diferença fundamental está no fato de que Strawson não evita trabalhar com o conceito de “proposição”, já que o mesmo implica que elas possam ser verdadeiras ou falsas. Ele prefere tratar de sentenças e nega que elas possam ser verdadeiras ou falsas. O que poderia ter a propriedade de ser verdadeiro ou falso seriam as declarações feitas pelos falantes quando bem sucedidos em dizer algo. Assim, faz das sentenças apenas um veículo para as declarações, não podendo elas, em si mesmas suportarem esta propriedade. Russell acreditava que a forma lógica das sentenças expressa uma proposição, obviamente suportando um valor de verdade.

#### 4.3.1 OBJEÇÕES 1

Russell afirma que “o atual Rei da França é careca” é falso, por que não há nenhum rei para suportar esta sentença. A objeção de Strawson afirma que o resultado que Russell obtém é no mínimo estranho. A partir de uma análise contextual, do que acontece quando alguém profere: “o atual Rei da França é careca” ninguém diz que a sentença é falsa. E por isso a referência que a expressão suponha fazer, simplesmente falha. E ninguém disputa se é verdadeira ou falsa, por que nada foi dito.

A solução de Strawson para o problema da aparente referência a não existentes é negar K3<sup>66</sup>: “o atual Rei da França é careca” é significativo, mas não o é devido a sua capacidade de selecionar um indivíduo. O uso da expressão é apropriado e poderia ser verdadeiro ou falso, se houvesse algo que pudesse ser referido pela mesma.

#### 4.3.2 OBJEÇÃO 2

Algumas descrições são vinculadas ao contexto. Como em

---

<sup>66</sup> K3 A sentença sujeito-predicado é significativa (apenas) em virtude de selecionar alguma coisa individual e atribuir alguma propriedade para essa coisa.

5) A mesa está coberta de livros.

Neste exemplo, temos um uso comum de uma descrição definida, "A mesa". Se aplicarmos a análise de Russell:

"Pelo menos uma coisa é uma mesa, e,

no máximo, uma coisa é uma mesa

e qualquer coisa que aquilo seja é uma mesa é coberta com os livros "

Na segunda sentença, há a indicação clara de que existe no máximo uma mesa. Esta generalização pode ser compreendida de duas formas: ou tomando como base que só existe esta mesa em todo o universo, ou reduzindo o escopo do quantificador<sup>67</sup>, tornando-o assim vinculado ao contexto. Como ocorre quando um garoto invadiu uma festa infantil e deparando-se com a mesa de doces ele diz:

6) Eu poderia comer todos os doces.

Difícilmente alguém poderia fazer isto. Muito menos um garoto. Mas o uso da expressão nos indica uma quantificação restrita, não tem validade universal como usualmente pensamos. Ainda assim, esta quantificação pode ser entendida facilmente pela vinculação ao contexto de proferimento daquela sentença. Infelizmente, para Russell, tem de se admitir que há uma vinculação ao contexto que não pode ser negada nestes casos. Mas ainda assim Russell poderia dizer que "há reticências aqui, que no contexto, 'A mesa' é a abreviação para uma descrição mais elaborada que é unicamente satisfeita"<sup>68</sup>.

<sup>67</sup> A aplicação do quantificador restrito pode ser usada aqui para indicar que dentro de um dado contexto a generalização se aplica somente aos objetos que estão vinculados ao contexto.

<sup>68</sup> LYCAN, op. cit., 2000, p. 21.

#### 4.4 Donnellan

##### 4.4.1 OBJEÇÃO 3

Esta objeção está baseada no artigo de Donnellan (1966). No qual ele mostra que existem casos em que usamos nomes somente para nos referir a indivíduos. Nesses casos, ele aponta dificuldades na leitura de Russell para ser fiel ao que está querendo ser dito quando alguém profere uma descrição definida com este fim, meramente referir.

Ele aponta, apresenta dois usos para uma descrição definida: o uso atributivo e o uso referencial.

Atributivo: “Um falante que usa uma descrição definida atributivamente em uma afirmação diz algo sobre quem quer que seja ou que quer que seja é o tal e tal (*so-and-so*)”<sup>69</sup>.

Referencial: “Um falante que usa uma descrição definida referencialmente em uma afirmação, por outro lado, usa a descrição para que o público a escolha de quem ou do que ele está falando e afirmando algo sobre aquela pessoa ou coisa”<sup>70</sup>.

Uns dos usos referenciais mais comuns são quando descrições são usadas como títulos. Usando, por exemplo, “The Walking Dead<sup>71</sup>” não estamos falando sobre um morto ambulante (numa tradução grosseira), mas antes falamos sobre a série de TV que a exibe com este nome. Nem muito menos estamos fazendo referência a uma conjunção de propriedades: estar morto e ser ambulante. Outros casos são bem mais complexos.

No caso do uso atributivo, “a descrição definida pode ser dita que ocorre essencialmente, pois o falante deseja afirmar algo sobre o que quer que ou quem

---

<sup>69</sup> DONNELLAN, K. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**. v. 75, n. 3, 1966, p. 281-304, p. 285.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 285.

<sup>71</sup> Famosa série de HQ's que se transformou num fenômeno quando foi à TV em formato de série.

quer que se encaixe nessa descrição"<sup>72</sup>. Para usar referencialmente uma descrição definida, a questão é um pouco diferente: "ela é apenas uma ferramenta para fazer um determinado trabalho - chamar a atenção para uma pessoa ou coisa - e, que em geral, qualquer outro dispositivo faria o mesmo trabalho"<sup>73</sup>, podendo ser utilizado para este fim outra descrição ou um nome. Para o uso atributivo, aquilo que está sendo atribuído é muito importante, embora não o seja no uso referencial.

Para exemplificar vamos usar um exemplo do próprio Donnellan, no qual teremos uma mesma sentença exemplificando os dois usos das descrições. Ele nos relata o caso de Smith. Cidadão pacato que é encontrado morto no seu apartamento. O crime foi executado de maneira violenta, induzindo qualquer um que observasse o corpo de Smith a pensar:

7) "O assassino de Smith é louco".

Isso pode ser dito mesmo se não sabemos quem foi que cometeu o crime. Os indícios nos levam a crer que "o assassino de Smith é louco" é uma descrição corretamente aplicável a quem quer que seja o autor do crime. Neste caso fazemos um uso atributivo da descrição definida.

É preciso perceber que o que se espera quando proferimos "O assassino de Smith é louco" é que nossos interlocutores sejam capazes de compreender que temos alguém em mente quando falamos sobre o assassino de Smith. Mesmo que este espaço não seja, no momento, ocupado por ninguém. É compreendido que estamos falando de alguém e que este alguém possui a propriedade de ser louco.

Um segundo momento da narrativa ocorre quando entra em cena um suspeito da morte de Smith. Seu nome é Jones e é acusado pelo crime de assassinato contra Smith. Para o azar de Jones ele possui um comportamento peculiar durante seu julgamento. E ouve-se algumas pessoas dizerem: "O assassino de Smith é louco". Quando se pergunta a quem estavam se referindo ao usar esta descrição, respondem "Jones". Este uso de "O assassino de Smith é louco" é o que Donnellan

---

<sup>72</sup> DONNELLAN, 1966, p. 285.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 285.

chama de uso referencial. O objetivo do uso da descrição aqui é meramente referir o indivíduo Jones.

Aprofundando a história e deixando-a um pouco mais interessante. Vamos supor que Smith não tenha sido assassinado. Vamos pensar que ele cometeu suicídio. Quando alguém profere a descrição "O assassino de Smith é louco" naturalmente nos faz pensar que está pressuposto que exista um assassino. A cena do crime nos conduz a ideia de assassinato, quando a polícia chega ao local e averigua os fatos, formula a hipótese de assassinato. A partir de então, inicia-se uma busca pelo autor deste crime. Muitas de nossos usos ordinários da linguagem ocorrem de modo similar às investigações policiais. Formulamos hipóteses, como por exemplo, que existe alguém que satisfaz a descrição que estamos utilizando. E fazemos isto para os dois usos da descrição "O assassino de Smith é louco". Mas como mudamos nosso foco de investigação para a ideia de que Smith cometeu suicídio, não procuramos mais por um assassino. Não pelo menos no sentido comum da palavra. Pensando desta forma agora, que consequências teriam para os dois usos acima?

No primeiro uso, atributivo, temos usado o predicado "é louco" para um suposto assassino, quem quer que seja ele. No caso de não haver um assassino não existe ninguém que pudesse corretamente satisfazer a descrição definida. Só pode ocorrer seu uso correto, caso haja alguém que corresponda à descrição utilizada.

No segundo uso, referencial, a "descrição definida é simplesmente um meio de identificar a pessoa da qual estamos falando, é bem possível que possamos identificar corretamente mesmo que ninguém se encaixe na descrição que usamos"<sup>74</sup>.

Tomando a hipótese do suicídio novamente, quando estamos falando de Jones durante seu julgamento. O uso da descrição "o assassino de Smith é louco" continua se referindo a Jones. Embora não seja correto afirmar que ele seja o assassino de Smith, a expressão ainda assim continua se referindo a ele, mesmo que entre os ouvintes de tal uso desta descrição existisse alguém que discordasse da culpa de Jones, sem nem saber sobre a hipótese de suicídio. Estes ouvintes

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 286.

saberiam que ao utilizar a descrição estaríamos nos referindo a Jones. A exigência do uso referencial é que ele consiga referir, embora o que seja afirmado possa estar incorreto ou equivocado. No caso acima, estaríamos comentando o comportamento peculiar de Jones durante seu julgamento, as razões para as quais estamos utilizando o predicado “é louco” para ele pode variar. Ainda assim estamos nos referindo a ele.

Generalizando a partir deste caso, podemos dizer, eu acho, que há dois usos de sentenças da forma "O x é y". No primeiro, se nada é o x então nada foi dito ser y. No segundo, o fato de que nada é o j não tem essa consequência<sup>75</sup>

Temos outro exemplo retirado do texto do Donnellan. Vamos supor que um grupo de mulheres chega a uma festa e elas observam todos a sua volta. Uma delas chama a atenção das outras para um homem que está no balcão e pede para as amigas observarem “o homem bebendo uma dose de Martini”. Donnellan afirma que este homem está tomando apenas água. Aquilo que elas acreditam ser Martini, na verdade não é. Este é mais um exemplo para mostrar o uso referencial de uma descrição. Na verdade, na festa, o único homem que satisfaria a descrição “o homem bebendo uma dose de Martini” é outro completamente diverso que está jogando sinuca num canto e nem sequer foi visto pelo grupo. Literalmente temos que assumir que o significado da expressão refere a este homem que joga sinuca. Porém dentro da avaliação contextual que nos é proposta por Donnellan, parece muito mais simples e intuitivo assumir que a referência da expressão é o homem que está no balcão.

Donnellan não se compromete com a ideia de que “o assassino de Smith” possuir um significado ou mais quando tomada fora de contexto. Ele apenas aponta os usos desta expressão.

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 286.

## 5. Conclusão

Os *puzzles* lógicos nos trazem questões importantes sobre a questão da significatividade dos termos singulares. Frege e Russel tem estas questões como motivadoras de suas teorias. As respostas deles vão em diferentes direções. A proposta fregeana traz a noção de *sentido* e a resposta os *puzzles* sempre levam em consideração esta noção. Um dos pontos mais importante, em minha opinião é a intuitividade do conceito de *sentido* na solução destas questões. E principalmente no que diz respeito a informatividade ou ganho cognitivo em sentenças de identidade. Ao padrão objetivo que propões em sua análise e o antipsicologismo que são características que os filósofos posteriores em sua maioria adotam, mesmo não concordando por completo com a filosofia de Frege.

A resposta que Russell oferece através da teoria das descrições definidas me parece muito interessante. Faz com que ele possa resolver uma série de problemas como tentamos demonstrar ao longo do texto. Embora eles se comportem naturalmente como nomes quando utilizamos estas expressões no dia a dia. Perceber esta possibilidade de uma forma lógica subjacente aos nomes é algo que poucos poderiam fazer. E conseguir manter uma equivalência entre sentenças contendo nomes e a sua “verdadeira” natureza lógica é algo tão impressionante que ainda hoje estamos falando sobre isso em quase todos os círculos de filosofia analítica. Uma hora ou outra a teoria das descrições toma papel central nas discussões sobre semântica.

Dizer que nomes não são nomes<sup>76</sup> da forma como costumamos pensar, mas são descrições disfarçadas (abreviadas). Distinguindo entre uma superfície aparentemente enganosa e revelar sua verdadeira forma lógica é uma boa maneira de apresentar soluções aos *puzzles*. Todas as soluções russellianas são baseadas nesta distinção. Ele se afasta de Frege, não pensando em termos de sentido para os termos singulares. Antes, ele produz uma análise destas. Dado que a noção de análise para ele é de extrema importância e amplamente utilizada em seu trabalho.

---

<sup>76</sup> É importante ver que a ideia que nomes não são realmente nomes é inteiramente independente da teoria das descrições. (LYCAN, 2000, p.34)

A relação forte estabelecida pelas três sentenças: (o é de predicação, o é de identidade, e o é de existência) implicando sua equivalência lógica com uma descrição definida é sustentada fortemente por ele. Fazendo com que a princípio ela seja estranha, mas sob a forte argumentação russelliana chega muitas vezes a parecer intuitiva. Devido a apresentar soluções muito plausíveis aos *puzzles* lógicos. Além de ser uma proposta muito bem definida e de respostas claras quando tratamos os *puzzles*<sup>77</sup>. Obedecendo sempre aos requisitos lógicos. Oferecendo respostas de fácil assimilação. Mesmo que possamos discordar que as respostas obtidas por Russell sejam aplicadas tão bem aos nomes próprios quanto parecem ser ao tratamento das descrições definidas.

Todos os pontos levantados acima parecem indícios fortes para aceitarmos a visão de Russel sobre esta questão. Mesmo que seus críticos, Strawson e Donnellan, digam que a teoria das descrições enfrenta dificuldades no uso da linguagem em sua forma natural. Ainda assim ela apresenta uma forte intuição que não podemos negar. Esta é: o uso de descrição para explicitar de quem nós estamos falando. Quando usamos um nome ou até mesmo descrições que nosso interlocutor desconhece o referente. A pergunta: “De quem você está falando?” Sempre tem como resultado o uso de descrições do tipo: “Aquela menina do cabelo rosa.” “O homem que perguntou sobre o endereço mais cedo.” “A loja que fica ao lado da sorveteria.” Para citar alguns exemplos simples e cotidianos. Este uso das descrições é extremamente útil em situações educacionais e professores fazer uso deste recurso o tempo todo. Sejam em descrições definidas, sejam em descrições para fins de analogia. O poder de explicação destas descrições é inegável e extremamente útil<sup>78</sup>.

Porém o tempo é implacável, mesmo para os melhores trabalhos filosóficos. A teoria das descrições tem um ponto falho. Ela foi pensada para compreender o uso da linguagem ordinária. Vimos anteriormente que as motivações que levam a criação desta teoria estão muito mais ligadas ao uso epistemológico e lógico da linguagem

---

<sup>77</sup> Diferentemente das noções Frege que apresentam diversas possibilidades de interpretação.

<sup>78</sup> Searle inclusive faz menção a este ponto: “como nós aprendemos e ensinamos os usos dos nomes próprios? ...nós só podemos identificar o objeto (referido pelo nome) por ostensão ou descrições. SEARLE, 1958, p.168)

do que a sua forma natural. Esta última não era uma preocupação principal de Russell e somente vem a ser o centro da questão sobre significatividade em filosofia analítica posteriormente. A principal influência para que isto ocorra é o trabalho de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. Poderíamos dizer que Russell prova do seu próprio veneno ao experimentar na genialidade do Wittgenstein o que ele mesmo havia feito com o trabalho de Frege. O foco da significatividade voltado ao uso natural da linguagem será o grande motivador das objeções apresentadas.

Isto é claro nos artigos de Searle, Strawson e Donnellan. O uso natural e maneira como as expressões e descrições são utilizadas é que constituem o movimento de objeções a perspectiva de Russell. As críticas que estes filósofos produzem são fortes e demonstram como a significatividade e o papel das descrições tem outras funções além daquela apresentada por Russell. O modelo de referência proposto por Strawson demonstra isso. Embora pareça que o mesmo não consegue ver o que Donnellan enxergou: os usos Strawson e Russell não seriam opostos, mas complementares e diferentes. Um fala de uma maneira de usar as descrições enquanto o outro o faz de outra maneira de uso. O acréscimo de Searle na teoria do feixe (*Cluster*) é interessante e como mostramos na introdução tem aplicações práticas fortes dependendo de que tipo de objeto e que tipo de ontologia está envolvida. Da mesma forma, podemos estender esta linha de raciocínio para as críticas realizadas por Kripke (*Naming and Necessity, 1980*) nas quais ele utiliza amplamente do uso natural para fornecer suas objeções e introduz o elemento da modalidade como argumento forte nas discussões sobre semânticas. Como todo trabalho filosófico, não existe unanimidade sobre a postura correta. Um bom exemplo disso são as teorias híbridas que tentam conciliar o descritivismo de Russell com a teoria da referência direta.

Para finalizar, voltaremos ao nosso modelo de avaliação proposto, os *puzzles* lógicos. Acredito que tanto as propostas de Frege quanto a de Russell tem seus pontos positivos e negativos que tentamos expor assim que eles foram aparecendo. Enquanto a noção de sentido fregeana é de uma força intuitiva enorme, dizer que ele é um descritivista talvez seja um exagero. Intuitivamente é uma boa resposta e dá conta de casos de ficção e literatura com maior facilidade, as questões ontológicas envolvidas são um complicador importante. Já Russell parece promover

uma ontologia mais enxuta para sua teoria, mas não tem a mesma intuitividade fregeana, devido ao seu processo ser bem mais abstrato.

### Referências bibliográficas

BACH, K. **Comparing Frege and Russell**. 2013. Disponível em: <<http://online.sfsu.edu/kbach/FregeRus.html>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

BRAUN, D. Names and Natural Kind Terms. LEPORE, E; SMITH, B. (eds.). **Handbook of Philosophy of Language**. Oxford: University Press, 2006. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~dbraun2/Research/names.pdf>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

BRAUN, d. **Frege-Russell**. 2013. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~dbraun2/Teaching/247/frege-russell.pdf>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

BRADLEY, F. **Appearance and Reality**. Oxford: Clarendon Press, 1930.

DONNELLAN, K. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**. v. 75, n. 3, 1966, p. 281-304.

FRANCES, B. **The Four puzzles**. 2013. Disponível em: <<http://faculty.fordham.edu/bfrances/Four%20puzzles.pdf>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

FREGE, G. **Sobre o sentido e a referência**. São Paulo: Cultrix, 1978.

IRVINE, A. Bertrand Russell. ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/russell/>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

IRVINE, A. "Russell's Paradox". \_\_\_\_\_. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/russell-paradox>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

KITIS, E. **Frege and Russell Solutions to the Problems of Non-Existent Subject terms: Identity Statements and Opaque Contexts**. 1989. Disponível em: <<http://www.enl.auth.gr/staff/frege.pdf>>. Acesso:

LUDLOW, P. Descriptions. ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/descriptions/>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

PRADO, L. J. S. MILL: Lógica, linguagem e empirismo. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.5, n.2, p.4-19, 2006. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/viewFile/736/638>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

LYCAN, W. G. **Philosophy of Language: A Contemporary Introduction**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2.<sup>a</sup>ed., 2008.

MARTINICH, A. C., **The Philosophy of Language**. Oxford: Oxford University Press, 4.<sup>a</sup>ed, 2001.

MILL, J. S. Of Names. p.269 Verificar página in MARTINICH

MILLER, A. **Philosophy of Language**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1998.

NAVES, Adriano. **Nomes Próprios: semântica e ontologia**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

QUINE, W. V. **Word and Object**. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.

REICHER, M. Nonexistent Objects. in ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Acesso em 20.08.2013.

RUSSELL, B. Da denotação. Col Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SEARLE, J. R. Proper Names. **Mind**, New Series, v. 67, n. 266, 1958, p.166-173.

SOAMES, Scott, **The Dawn of Analysis**. Princeton University Press, 2003.

STEVEN, F; KRAUSE, D; **Identity in Physics: A Historical, Philosophical, and Formal Analysis**. OXFORD: CLARENDON PRESS, 2006.

SZABÓ, Z. G. "Compositionality", in: ZALTA (ed.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2013. Disponível em:

<<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/compositionality>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

VOLLET, L. R. **Duas concepções de antipsicologismo**: uma discussão sobre os fundamentos da lógica em Frege e Kant. PERI, v.4, n.01, p.76-95, 2012. Disponível em: <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/viewFile/123/66>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

WATSON, S. **Reference and Description**. 2013. Disponível em: <[http://stevewatson.info/courses/IntroductionToPhilosophy/lectures/reference\\_and\\_description.htm](http://stevewatson.info/courses/IntroductionToPhilosophy/lectures/reference_and_description.htm)>. Acesso: 20 de agosto de 2013.

ZALTA, E. N., "Gottlob Frege", ZALTA, E (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2013/entries/frege/>>. Acesso: 20 de agosto de 2013.